



FAPEG

FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA
DO ESTADO DE GOIÁS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE HISTÓRIA**

ROBSON CÂNDIDO ELIAS

**A EDUCAÇÃO E O SURGIMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES EM GOIÁS: O
CASO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA (1934) E A
EDUCAÇÃO FORMAL EM GOIANDIRA**

**CATALÃO
2018**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Robson Cândido Elias

Título do trabalho: A educação e o surgimento dos grupos escolares em Goiás: O caso Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira (1934) e a educação formal em Goiandira.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Robson Cândido Elias

Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Liliana Guselie

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 06 /08/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

² A assinatura deve ser escaneada.

ROBSON CÂNDIDO ELIAS

**A EDUCAÇÃO E O SURGIMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES EM GOIÁS: O
CASO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA (1934) E A
EDUCAÇÃO FORMAL EM GOIANDIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Ciências Sociais- Mestrado Profissional de História da Universidade Federal de Goiás - RC, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Sociedade e Práticas Educativas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lilian Marta Grisolio.

**CATALÃO
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Elias, Robson Cândido

A educação e o surgimento dos grupos escolares em Goiás: o caso Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira(1934) e a educação formal em Goiandira [manuscrito] / Robson Cândido Elias. - 2018. 79 f.

Orientador: Profa. Dra. Lilian Marta Grisolio.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2018. Bibliografia. Anexos. Inclui gráfico, tabelas.

1. Nacionalização. 2. História da Educação. 3. República. 4. Getúlio Vargas. 5. Grupo Escolar. I. Grisolio, Lilian Marta, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL



Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado

Defesa: nº 36

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezoito realizou-se, na sala do Laboratório de Audiovisual, localizada no Bloco Didático II, da Regional Catalão/UFG, a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Mestrado intitulado *A educação e o surgimento dos grupos escolares em Goiás: O caso Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira (1934) e a educação formal em Goiandira.*, de autoria do mestrando **Robson Cândido Elias**. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em História – nível Mestrado Profissional, e composta pelos docentes Prof^ª. Dr^ª. Lilian Marta Grisólio, professora da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof^ª. Dr^ª. Sandra Mara Dantas, professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC. A sessão teve início às 09:00 horas, sendo presidida pela Professora Dr^ª. Lilian Marta Grisólio (orientadora) que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, a Presidente da sessão passou a palavra ao discente que teve quinze minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra aos componentes da banca que tiveram cada um, vinte e cinco minutos para expor suas questões e observações sobre o trabalho apresentado, tendo o mestrando quinze minutos para responder. Após o término da arguição, a Presidente da sessão solicitou que o candidato e ao público presente que se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse proceder sua avaliação. Após a conclusão dos trabalhos de avaliação, os arguidores atribuíram o seguinte resultado: Aprovado. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezoito.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Lilian Marta Grisólio (Orientador/a UFG/RC)

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Mara Dantas (UFTM)

Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio (UFG/RC)

Lilian Marta Grisólio

Sandra Mara Dantas

Paulo Cesar Inácio

Aos meus pais, Deusli e José (*In Memoriam*), que com o exemplo de luta motivaram-me a seguir em frente e nunca desistir perante as dificuldades.

À minha esposa Carla e meus filhos, Isaque e Moisés, que, com carinho e compreensão, sempre me apoiaram e impulsionaram a desbravar novos horizontes.

Aos mestres que tive ao longo de toda minha vida estudantil, que me influenciaram a seguir pelos caminhos que eu trilho hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, nosso Pai celeste, que renova em mim o ânimo para seguir vivendo nesse mundo tão desigual sem perder de rumo à certeza da missão de lutar para que haja mais justiça social escolhendo sempre estar ao lado daqueles que mais necessitam.

Agradeço à minha mãe, por me educar para a vida com sua história de lutas diante das dificuldades que o destino colocou em seu caminho. Ela nunca se deixou ser vencida e sempre me ensinou a viver com dignidade, responsabilidade e honestidade. Obrigado minha mãe.

Agradeço ao meu querido pai que, mesmo não estando mais entre nós, está vivo em minha memória ajudando-me a viver a nobre tarefa de honrar pai e mãe. Honrar com as atitudes no dia a dia, respeitando todos os ensinamentos que dele recebi. Pode descansar em paz meu paizinho, pois de você aprendi as boas lições e soube deixar as coisas ruins de lado. Não com perfeição, mas com a capacidade de reconhecer os erros, corrigi-los e seguir adiante procurando não errar mais.

Agradeço também a minha família, minha esposa Carla e meus filhos Isaque e Moisés, que tem tido tanta paciência comigo em todos esses anos da nossa vivência juntos, principalmente pelos anos de privação com poucos momentos de lazer e vocês sempre ao meu lado. Tenham a certeza de que tudo o que faço é pensando em vocês. A experiência de ser pai e esposo me traz muita alegria e satisfação. Vocês são maravilhosos.

Agradeço também ao meu irmão, minhas irmãs e sobrinhos e sobrinhas que sempre demonstram alegria com minhas vitórias e solidariedade nos momentos de necessidade.

Agradeço aos meus amigos e amigas que convivem comigo diariamente no ambiente de trabalho e que sempre se alegraram ao ver-me subir mais esse degrau em minha carreira, pois o amigo verdadeiro é aquele que se alegra com as conquistas do outro. Espero estar de alguma maneira, influenciando positivamente em suas vidas.

Não poderia deixar de agradecer também aos professores e professoras que ministraram as disciplinas com tanto zelo, respeito e carinho fraternal nesse maravilhoso curso em que tantos conhecimentos agregaram à nossa formação.

Agradeço de forma muito especial a Professora Lilian Grisolio por me acolher de maneira tão despojada, dedicando uma grande parcela de seu tempo para me orientar na execução da dissertação. A todas e todos o meu mais sincero: **MUITO OBRIGADO!**

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender como se deu a implantação do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, em 1934, em Goiandira, Goiás, em consonância com um modelo de escola que visava o processo de nacionalização e interiorização do país durante o governo de Getúlio Vargas. No Brasil, o processo político, em 1930, depôs Washington Luiz e levou Getúlio Vargas ao poder. A partir daí, o chamado Governo provisório (1930-1934) deu início à centralização do poder e instaurou uma proposta de reorganização da política brasileira, não representando transformação na vida das pessoas, mas sim, apenas uma alternância de oligarquias no poder. Na educação, isso significou novas políticas educacionais e intervenção, usando o discurso da educação para redenção e solução para a sociedade. Essa reconstrução começava por expandir a escola para o interior e, em Goiás, ampliou-se a criação dos Grupos Escolares em larga escala, indo de 16, em 1929, para 38, em 1936. Dessa forma, é possível constatar que a instalação de Grupo Escolar Pedro Ludovico, em 1934, faz parte de um complexo processo de renovação na educação do Governo Vargas, com a finalidade de intervenção direta do governo federal no processo de nacionalização do país, uma vez que a educação se mostrou *locus* privilegiado para ações políticas de interiorização. O grupo escolar ora analisado, na cidade de Goiandira, representa uma ação direta desse projeto de interiorização, com forte teor nacionalista. A pesquisa foi realizada com acervo documental do Arquivo Histórico Estadual de Goiás. O *corpus* documental é formado por relatório, atas, ofícios sobre os grupos escolares e políticas educacionais do início do Governo Vargas, além de, especificamente, documentos sobre o grupo escolar em Goiandira.

Palavras-chave: Nacionalização. História da Educação. República. Getúlio Vargas. Grupo Escolar.

ABSTRACT

This study aims to understand how the implantation of the Dr. Ludovico Teixeira Group in 1934 was carried out in Goiandira, Goiás, in accordance with a school model that aimed at the process of nationalization and internalization of the country during the government of Getúlio Vargas. In Brazil, the political process in 1930 deposed Washington Luiz and brought Getúlio Vargas to power. From then on, the so-called Provisional Government (1930-1934) initiated the centralization of power and established a proposal for a reorganization of Brazilian politics, not representing a transformation in people's lives, but only an alternation of oligarchies in power. In education, this meant new educational policies and intervention using the discourse of education as a redeemer and solution to society. This reconstruction began by expanding the school into the interior. In Goiás, the creation of large-scale School Groups increased from 16 in 1929 to 38 in 1936. Thus, it is possible to verify that the installation of School group Pedro Ludovico in 1934 is part of a complex process of renovation in the education of the Government Vargas, with the purpose of direct intervention of the federal government in the process of nationalization of the country. Education has been a privileged locus for political actions of internalization. The School group now analyzed in the city of Goiandira represents a direct action of this interiorization project with strong nationalist content. The documentary corpus is formed by report, minutes, letters about the school groups and educational policies of the beginning of the Vargas Government, in addition to specifically, documents about the school group in Goiandira.

Key words: Nationalization. History of Education. Republic. Getúlio Vargas. School Group.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ERA VARGAS.....	13
1.1 Os Pioneiros da Escola Nova X Igreja Católica: uma disputa dentro do sistema educacional brasileiro	17
2 A EDUCAÇÃO EM GOIÁS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	28
2.1 A expansão das Escolas Normais em Goiás	31
2.2 A interiorização das escolas em Goiás	45
3 O GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO EM GOIANDIRA: UM ESTUDO DE CASO	51
3.1 A criação da Escola Santa Maria Goretti em Goiandira: a representação da divisão das classes sociais	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

Minha formação acadêmica em Pedagogia sempre me impulsionou a compreender de maneira mais detalhada como a Educação foi pensada e se desenvolveu em nosso país, desde a Proclamação da República até os dias atuais. Após concluir o Ensino Médio, cursei Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo concluído no ano de 2005. Logo depois, no ano de 2006, ingressei na carreira do magistério como professor efetivo, ministrando aulas na rede pública de Educação do Estado de Goiás.

Ao iniciar o exercício da profissão, senti a necessidade de estudar novamente, para melhor qualificar-me e ser capaz de corresponder às necessidades impostas pelas funções que exercia na escola. Então, em 2009 voltei à UFG – RC para cursar Especialização em Letras – Leitura e Ensino, tendo concluído esse curso em 2011. No ano seguinte, iniciei outro curso *Latu Sensu*, dessa vez, Especialização em Gestão da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, concluindo-o em dezembro de 2013.

Em função da formação em Pedagogia, pude transitar por diversas áreas do conhecimento, inclusive pela História, visto que tenho habilitação para ministrar essa disciplina nas séries iniciais do Ensino Fundamental, por cursar a disciplina de Didática do Ensino de História, no curso de graduação. Enquanto professor regente, ministro aulas de História na Escola Estadual Amélia de Castro Lima, fundada em 1934. A partir dessa experiência, comecei a analisar a história dessa unidade escolar dentro de um plano macro, considerando-a como produto de um projeto político colocado em prática a partir da revolução de 1930, juntamente com a emancipação desse município.

As mudanças ocorridas em Goiandira, no plano político, econômico e educacional, estão inseridas em um projeto de nacionalização, colocado em prática por Getúlio Vargas, devido à influência do movimento tenentista e de outros segmentos progressistas que lutavam para que houvesse uma mudança no modelo político brasileiro. Ao fazer essas considerações, vejo os fatos ocorridos em Goiandira como parte de projeto de governo em nível nacional, por esse motivo, julgo importante realizar este estudo, a fim de verificar como esse projeto foi colocado em prática, bem como os seus desdobramentos ao longo do tempo, apontando quais as consequências na vida da população da época e nos tempos atuais, dando ênfase aos fatos relacionados à Educação.

Para melhor compreender como se deu a implantação do projeto de nacionalização do país, idealizado por Vargas, revisitaremos também a história de Goiandira, tendo em vista que a implantação e a história se misturam devido à centralização do poder ocorrido no momento

em que Vargas nomeia interventores para assumirem o controle dos estados por ocasião da Revolução e esses, por sua vez, nomeiam prefeitos para o controle da gestão de cada município. Assim, é necessário conhecer a história do município de Goiandira e também do Grupo Escolar Pedro Ludovico, fundado nesse período marcante do Estado de Goiás e do Brasil e que faz parte de uma política de governo que se intensificou na gestão mencionada.

Dessa forma, não seria possível o desenvolvimento deste trabalho sem o trânsito pelo campo político. Assim sendo, dissertarei sobre os embates políticos ocorridos durante o período de 1930 até 1945, período em que Getúlio Vargas ocupou a presidência e que ficou conhecido como “Era Vargas”.

Mais especificamente, essa pesquisa tem por objetivo analisar como se deu a criação e a evolução do sistema educacional brasileiro após a revolução de 1930, analisando o cenário nacional, estadual, do município de Goiandira, e do Grupo Escolar Pedro Ludovico. Veremos como o ideário de nacionalização brasileira colocado em prática nas primeiras décadas do século XX e intensificado após a Revolução de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, utilizou a Educação como um dos principais instrumentos para a implantação de seus princípios.

Abordaremos, portanto, sobre o projeto de nacionalização e integração social³, que foi desenvolvido em todo território brasileiro, sendo cada estado responsável por sua implementação, obedecendo às suas particularidades, porém, seguindo as diretrizes e os modelos executados dentro da esfera federal. O termo nacionalização está intimamente ligado ao processo educacional, necessário à análise conjunta desses dois fenômenos sociais. A questão da nacionalização no Brasil é abordada por Nagle (2001) na seguinte perspectiva:

As primeiras manifestações nacionalistas apareceram, de maneira mais sistemática e mais influenciadora, no campo da educação escolar com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico, ou melhor, de acentuada nota patriótica. (NAGLE, 2001, p. 64).

Ainda nesse contexto social e político, se fizermos uma análise superficial do governo Getúlio Vargas, o veremos como redentor dos pobres e revolucionário na área educacional, porém, não podemos perder de vista a realidade da época. Getúlio era um grande fazendeiro, ligado à elite agrária, e ocupava um dos lados nas disputas políticas daquela época, sendo assim, os investimentos feitos por ele tinham como pano de fundo a intenção de encontrar

³ Este termo se refere a um conjunto de ações e iniciativas governamentais, visando desenvolver nos brasileiros o sentimento de pertencimento a uma nação única, forte e moderna, tornando acessível a todos os brasileiros.

maneiras de exercer o domínio das massas e a sujeição dos mais pobres às regras do capitalismo, bem como estender o tempo de permanência no poder.

Ademais, no decorrer do texto, citarei as principais leis que impactaram o campo educacional, buscando compreender os seus efeitos na Educação no período de sua criação. Mostrarei quais foram os percursos da Educação Brasileira na “Era Vargas”, período em que foram implantados os grupos escolares e, conseqüentemente, a ampliação da oferta de ensino básico público em todo Brasil, apontando, também, as dificuldades encontradas por esse governo em relação à falta de professores e a tendência de beneficiar a elite agrária e a burguesia industrial, recém-surgida no país.

Para orientação na execução desta pesquisa, utilizei como referenciais teóricos autores da alçada de Demerval Saviani e Maria de Araújo Nepomuceno, a fim de compreender a evolução do sistema educacional brasileiro no governo de Getúlio Vargas. Respectivamente, Saviani (2011) discute sobre a “História das ideias pedagógicas no Brasil” e detalha os fatos históricos referentes à Educação ocorridos no Brasil; Nepomuceno (1994) desenvolve trabalhos sobre as políticas de interiorização da Educação em Goiás. Também busquei apoio em teses e dissertações sobre esse assunto, a fim de reunir informações que possam enriquecer este trabalho e colaborar com pesquisadores no futuro.

Estruturalmente, esta pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro, mostro quais foram as mudanças no cenário educacional que propiciaram a criação dos grupos escolares, a influência dos “Pioneiros da Educação Nova”, e outras ações dentro do ideal de criação de um sistema de ensino que atendessem aos interesses do poder, ligado à Igreja Católica e, ao mesmo tempo, ao capitalismo que começava a se fortalecer no Brasil, no início do século XX.

No segundo capítulo, vê-se como o projeto de interiorização da Educação chegou a Goiás, quem foram seus protagonistas e como a comunidade reagiu a essas mudanças, mostrando, ainda, como se deu a implantação dos cursos de formação de professores no estado, o chamado Curso Normal. Lembro que a Revolução de 1930 foi o marco do fim da República Velha e que todos os estados da federação sofreram influência desse fato político. Para Goiandira, Cumari e outros municípios ao redor, os reflexos vieram diretamente da Revolução de 1930 e dos projetos de governo de Getúlio Vargas, pois foi nesse período que houve a emancipação de Goiandira que, juntamente com o então distrito de Cumari, formaram o município de Goiandira.

No terceiro capítulo, faço uma análise pontual do município de Goiandira e do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, considerando que essa instituição, por ter sido a primeira escola

local a funcionar no formato de grupo escolar, foi um marco no processo de tentativa de democratização da educação formal em Goiandira. Ainda nesse, capítulo analisamos a chegada da escola particular Escola Santa Maria Goretti na cidade e como isso contribui para organização de espaços específicos para classes sociais distintas, ampliando a desigualdade social.

Enfim, a história do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico se mistura com a história do município de Goiandira, emancipado três anos antes da instalação do mencionado grupo escolar. Este trabalho contribui para o entendimento de que a escola criada em 1934 está diretamente ligada ao contexto educacional do governo Vargas e o projeto de nacionalização e interiorização, bem como a proposta de educar dentro da “*ordem e do civismo*”.

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”

Darcy Ribeiro

1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ERA VARGAS

O período histórico dos primeiros governos republicanos foi denominado República Velha e, durante essa etapa de sua história, o país sofria forte influência dos grandes produtores ligados ao setor agropecuário, principalmente o cafeeiro, de São Paulo, e o leiteiro, de Minas Gerais, que comandavam a economia na época. Com o acúmulo do capital nacional proporcionado pela movimentação de exportação dos produtos agropecuários, juntamente com o financiamento do capital estrangeiro, o Brasil iniciou o seu processo de industrialização. As estradas de ferro construídas em várias partes do Brasil representaram, além da otimização do escoamento da produção de grãos, a criação de um importante pilar da industrialização e a condição de urbanização da população. Prova disso é o fato de que várias cidades surgiram às margens das ferrovias em Goiás e outros estados do Brasil. Saviani (2011, p. 189) nos mostra que, de 1915 a 1919, no Brasil, foram criadas mais indústrias que nos primeiros 25 anos da República.

A partir do início do século XX, nosso país passou a experimentar mudanças sociais importantes, como a organização da classe operária e de profissionais liberais, sendo que os últimos deram início ao surgimento de uma nova classe social, a burguesia. A crise no setor cafeeiro e a ascensão dessa nova classe social levou a nação a mudanças profundas, dentre elas, o término da chamada política do café com leite ou República Velha. Foi nesse contexto de enfraquecimento das oligarquias agrárias e ascensão da burguesia urbana que a República Nova ganhou espaço. A eleição de Júlio Prestes representou a quebra do acordo de alternância do poder entre Minas e São Paulo e um clima de descontentamento tomou conta do país. Com a Revolução de 1930, o presidente Washington Luís foi deposto e Júlio Prestes impedido de assumir o governo.

Nesse ínterim, um movimento armado assume o comando do país por meio de uma junta governativa provisória e Getúlio Vargas⁴, candidato derrotado, foi nomeado presidente

⁴ Getúlio Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Em 1907 concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Porto Alegre. Dessa data até 1930 foi eleito pelo Partido Republicano Rio Grandense, Deputado Estadual, Deputado Federal, tendo sido líder da bancada gaúcha entre 1923 a 1926. De 1926 a 1927, foi Ministro da Fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul de 1927 a 1930. No ano de 1929, candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930, que depôs o presidente Washington Luís.

por essa junta. Iniciava-se, assim, um longo período, o qual ficou conhecido como “Era Vargas”, que se prolongou até o ano de 1945. Amado por alguns e odiado por outros, Getúlio Dornelles Vargas governava o país com mãos de ferro, exercendo um governo com traços de ditadura e que perseguia os que se opusessem às suas ideias.

Nesse contexto, a principal marca do governo Vargas foi a criação de condições para o surgimento de um Estado que pensasse a questão do desenvolvimento sustentado no viés da industrialização. Ademais, as primeiras décadas da chamada “Era Vargas” podem ser caracterizadas pelas mudanças políticas, culturais e sociais colocadas em prática por esse governo, de modo que, a partir de 1930, o setor industrial iniciou um processo de crescimento, dando origem ao desenvolvimento urbano acelerado com crescimento populacional e nova configuração das cidades.

Naturalmente, surgiram também demandas para serviços de profissionais liberais, tais como médicos, advogados, engenheiros e outras profissões. Assim, a sociedade adquiriu uma nova face, quando os recursos financeiros que movimentavam a economia do país passaram a ser gerados por atividades desenvolvidas na cidade e não somente no campo, como antes. Evidentemente, o setor agrícola continuou a ter um papel importante na economia e na sociedade, deixando, porém, de ser protagonista.

O caminho encontrado por Vargas para criar no Brasil uma condição de desenvolvimento do capitalismo, já tardio na América do Sul, passou pela mudança no modelo de Estado, ou seja, de ação governamental. Primeiramente, o país deveria efetivar um processo de unificação nacional para criar padrões de desenvolvimento de políticas públicas que fossem mais abrangentes e padronizadas. Essas iniciativas ajudariam a resolver questões que dificultavam a gestão do Estado, tais como a falta de controle do governo, tanto da captação de recursos como das funções públicas que poderiam beneficiar pessoas ligadas ao governo federal, fortalecendo politicamente o presidente da república, dando-lhe respaldo para exercer seu domínio em todas as unidades federativas.

Nesse momento histórico, o Brasil precisava desenvolver tanto sua economia quanto a educação, portanto, esses dois eixos que formavam a plataforma de governo eram indissociáveis. Sem o desenvolvimento educacional, o país não teria como desenvolver o setor industrial, uma vez que é nas escolas que se forma a mão de obra tão importante para o funcionamento das fábricas. No plano de criação de um sentimento de nacionalização, Vargas tinha nas escolas um campo propício para inculcar sua ideologia nos indivíduos, desde criança, com ações educativas supervisionadas através de superintendências vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde.

Prova de que as escolas se tornaram importantes aparelhos ideológicos de Estado⁵ é a criação da disciplina Educação Moral e Cívica que, por meio de seus conteúdos, fazia com que os alunos e alunas aprendessem práticas que fortaleceriam o sentimento de civismo e orgulho nacional, tais com os desfiles cívicos em datas comemorativas, canto do Hino Nacional e culto à Bandeira Nacional, práticas essas que prevalecem até hoje.

Logo depois da Revolução e da nomeação de Vargas, foram dissolvidos os governos estaduais e criadas juntas governativas provisórias que, posteriormente, entregaram os governos nas mãos de interventores nomeados pelo presidente. Nesse mesmo tempo, foram criados órgãos federais de controle e fiscalização em todo o território nacional, o chamado Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) e, com isso, o governo conseguia conduzir o país de maneira unificada, diminuindo assim a resistência das oligarquias agrícolas que ainda tentavam resistir ao domínio político imposto pelos revolucionários.

Outra ação concreta do governo, visando criar no Brasil condições para o desenvolvimento do capitalismo, foi a mudança no projeto educacional, ao elaborar um sistema único para que as políticas educacionais pudessem ser mais abrangentes e unificadas. As ações no campo educacional passaram a ser coordenadas pelo Ministério da Educação e Saúde, criado em 14 de novembro de 1930, tendo como ministro Francisco Campos.

Dentro desse contexto, o governo trabalhava com a ideia de que uma sociedade apta a contribuir com o crescimento do capitalismo deve ser composta por indivíduos capacitados para o mercado de trabalho, uma vez que, na década de 1930, o processo de industrialização estava em desenvolvimento. Dessa maneira, a escolarização das massas foi uma medida emergencial no Brasil, pois era necessário que as escolas atendessem não só às crianças provenientes de classe alta, mas também às de classe baixa, portanto, o acesso à Educação deveria estar ao alcance de todos. Assim, Getúlio Vargas iniciou o combate ao analfabetismo, pois, segundo Nepomuceno (1994), nesse momento histórico:

O Estado assumiu a tarefa, atribuindo à educação o papel de correção das desigualdades sociais e de construção de uma sociedade aberta: uma educação pública que reclassificasse os indivíduos de diferentes origens sociais, conforme seus talentos inatos seriam capazes de cumpri-la (NEPOMUCENO, 1994, p. 46).

Depois de décadas negligenciando a situação de analfabetismo da maioria da população brasileira, levar a povo ao entendimento de que era necessário se escolarizar

⁵ Termo usado pelo filósofo francês Louis Althusser para se referir ao controle imposto às massas por instituições públicas ou privadas, servindo aos interesses dos meios de produção capitalistas.

tornou-se uma tarefa muito difícil. Seria preciso, nesse momento, mudar a cultura de um povo e isso não se consegue em pouco tempo, sendo assim, para alcançar tal objetivo, o governo de Getúlio Vargas adotou como estratégia a substituição gradativa das escolas isoladas, ou multisseriadas, por grupos escolares.

Mas qual a diferença entre as escolas isoladas e os grupos escolares? As escolas isoladas se caracterizavam como uma unidade educacional que funcionava em uma única sala, onde a professora regente também era responsável pelas tarefas administrativas, tais como serviço de secretaria, limpeza e preparo do lanche. Nas escolas isoladas, estudavam alunos pertencentes às diferentes etapas de ensino, por isso eram chamadas de escolas multisseriadas. Com essas características, as escolas isoladas não conseguiam atender a um grande número de alunos e o nível de aprendizagem não correspondia às expectativas, tendo em vista essas dificuldades às quais os professores e alunos eram submetidos.

Já os grupos escolares possuíam estrutura física apropriada, composta por diversas salas, sendo uma para cada série, além de secretaria, auditório, cozinha e pátio. Havia diversos funcionários, cada um exercendo uma função específica, quais sejam: merendeiras, porteiros, professores e diretores. Com o novo modelo de escola, era possível atender a uma população estudantil com a mesma estrutura, dessa maneira, além de oferecer melhores condições de atendimento aos alunos, também lhes foi ofertado um ensino de mais qualidade e com menor custo por aluno aos cofres públicos.

Além das crianças, o Brasil também possuía um número bastante elevado de adultos analfabetos. Para atender a esse grupo de pessoas, o governo de Getúlio Vargas criou, por meio do Decreto n.º 21.731, de 15 de agosto de 1932, um programa de governo denominado “Cruzada Nacional de Educação” (BICA; CORSETTI, 2011, p. 1). Essa iniciativa era uma das maneiras de demonstrar o interesse do governo por realizar mudanças na maneira de administrar, o que deixa claro as diferenças entre as políticas de governo praticadas na Primeira República, ou República Oligárquica e no governo denominado Era Vargas. No entanto, é sabido que as transformações sociais não ocorrem por acaso, elas acontecem mediante forças que as motivam.

Ainda sobre o cenário educacional na década de 1930, vale lembrar que ele se tornou palco de intensas disputas por parte da Igreja Católica, que detinha prestígio junto aos governos da República Velha e gozava de amplo espaço de atuação na educação privada, atendendo à elite da época. Do outro lado da disputa estavam as escolas privadas que, mesmo sem vínculo com a igreja, também atendiam a uma parcela da sociedade que detinha meios para bancar o acesso à Educação, em nível básico e superior, para seus filhos. Às margens da

sociedade encontrava-se a maioria da população brasileira que, desprovida de prestígio e de condições financeiras, compunha uma massa de pessoas analfabetas e submetidas às condições de serviços da elite, sem nenhuma perspectiva de mudança de seu futuro.

No campo educacional, é importante lembrar que as ações do governo federal foram resultado da luta de intelectuais brasileiros que pretendiam interferir na organização da sociedade, a partir de desenvolvimento da proposição de mudanças no modelo de Educação em funcionamento no país. Em meio aos debates sobre a necessidade de adoção de um novo modelo de sociedade, mais moderna e democrática, surgiu um grupo de pessoas com o propósito de criar condições de acesso à Educação para a camada de pessoas mais pobres. Esse grupo de intelectuais produziu um documento intitulado “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*”, o qual foi assinado por nomes influentes da época, como Fernando de Azevedo, Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meireles entre outros.

Diante disso, o então interventor Getúlio Vargas viu-se forçado a seguir os preceitos daqueles que o apoiaram. Nesse período, vale mencionar, o país estava sem Constituição devido à ação de destituição do último governo. Após o movimento constitucionalista, Vargas organizou a Assembleia Constituinte e, em 1934, foi promulgada a primeira Constituição da República Nova, que rompeu com preceitos das antigas oligarquias e trouxe em si aspectos que permitiam o desenvolvimento e acesso à Educação. Agora, a classe baixa poderia estudar, bem como foi proibido o trabalho infantil e ofertado ensino primário em instituições públicas, com presença obrigatória. Também foram feitas reformas no ensino médio e superior, de modo a garantir a formação de mão de obra qualificada para alavancar o crescimento da nação.

1.1 Os Pioneiros da Escola Nova X Igreja Católica: uma disputa dentro do sistema educacional brasileiro

A primeira grande guerra foi um dos principais marcos da história mundial. Esse conflito iniciado em 1914, causou enormes impactos e prejuízos, havendo a perda de vidas e bens em vários países. Por outro lado, as exigências de criação de recursos tecnológicos para o fornecimento de alimentos, medicamentos, armas e demais aparatos necessários durante a guerra, fez com que se iniciasse na Europa, Ásia e América, continentes que participaram desse conflito, uma profunda transformação social e econômica, que influenciou também vários países que não tiveram participação direta na guerra.

Filósofos e outros pensadores da época iniciaram discussões sobre a necessidade de desenvolver um novo modelo de sociedade. Era necessário mudar aspectos culturais, para que os cidadãos fossem mais tolerantes, pois se tornou inadmissível aceitar que países tão desenvolvidos se deixassem tomar pelo ódio, ao ponto de desencadear conflitos com proporções tão catastróficas.

A Educação, mesmo antes desse grande conflito, já estava em processo de mudança em vários países da Europa, aliás, ao falar sobre o surgimento da Escola Nova, Lourenço Filho (1963, p. 24) diz que:

as primeiras escolas novas, com esse título expresso, surgiram em instituições privadas da Inglaterra, França, Suíça, Polônia, Hungria e outros países, depois de 1880. Também nessa época, publicaram-se os trabalhos iniciais de observação experimental da aprendizagem e se fizeram os primeiros ensaios de medida das capacidades mentais e do rendimento do trabalho escolar. Em 1889, já os propugnadores do movimento eram suficientemente numerosos para compor uma entidade de caráter internacional.

Ainda assim, após a Primeira Guerra Mundial, a Educação passou então a ser o meio pelo qual se efetivaria uma transformação social e cultural no mundo. Em vários países europeus levantaram discussões que culminaram na criação de um novo modelo pedagógico, diferente do existente até então, que era baseado na exigência da escrita, mesmo rudimentar, e na memorização de lições, as quais, muitas vezes, as crianças nem sabiam o real significado daquilo que eram forçados a decorar. Esse modelo de educação, chamado por Filho (1963, p. 21) de “pedagogia da imposição”, existiu no Brasil por muitas décadas e diminuiu gradativamente após a implantação do modelo educacional denominado “Escola Nova”.

Os principais países dos continentes envolvidos na guerra de 1914 iniciaram, isoladamente, organização de instituições com a finalidade de difundir um modelo de educação progressista, através do qual a criança passa a ser o centro do processo de ensino e aprendizagem. A Escola Nova, portanto, ganhou força no início do século XX, devido à base filosófica e psicológica, após a consolidação dessas ciências na sociedade. Dentre seus princípios está a formação de cidadãos pensantes, aptos a desenvolver suas habilidades no mundo de trabalho e um de seus idealizadores é o americano John Dewey, o qual defendia que o aprendizado acontece a partir da experiência, ou seja, ao professor não cabia expor seus conhecimentos, mas sim proporcionar aos alunos um protagonismo no processo de aprendizagem, uma vez que era dada ao discente a oportunidade de vivenciar situações problemas, experimentando possíveis soluções, para assim alcançar o conhecimento de

maneira ativa e não como um simples ouvinte. Ao professor cabia o papel de facilitador, proporcionando aos alunos práticas que os levassem a ser adultos mais criativos.

Com vários países seguindo o mesmo caminho, a tendência de mundialização da Escola Nova tornou-se evidente com a criação de organizações internacionais como a “Liga Internacional Para a Educação Nova”, criada na França, na cidade de Calais, em 1921. (FILHO, 1963, p. 25).

No Brasil, o final da década de 1920 foi marcado pelo aumento populacional, devido à chegada de um grande número de imigrantes, vindos de diferentes países, fugindo dos conflitos existentes entre as nações que participaram da Primeira Guerra Mundial e atraídos pela esperança de se alcançar melhoria de vida por meio da produção de café. Nesse período, foi notável também o início da saída da população rural, que aos poucos migrava para as cidades, bem como é notado o crescimento extraordinário da população brasileira, passando de 14.333.915 habitantes em 1890, para 35.804.704, em 1925 (SAVIANI, 2011, p. 189).

Por esse período, a recém-surgida classe burguesa, juntamente com membros das forças armadas, especialmente oficiais de baixa patente, os “tenentes”, insatisfeitos com a política coronelística, iniciou um movimento de resistência e lutas contra as oligarquias agrárias dominadoras da política no país, as quais exerciam por décadas, o controle econômico no país. Esse movimento foi denominado “tenentismo”, e pode ser entendido como um movimento social de caráter político militar. Seus idealizadores pregavam o fim do coronelismo, a partir de uma reforma política, e o fim da corrupção e fraudes nos processos eleitorais.

Foi nesse contexto de aumento da população e anseios por mudanças político-sociais, que o movimento denominado Escola Nova começou a ser implantado no Brasil, vinculado à burguesia industrial, conforme mostra Saviani (2011, p. 192).

[...] após a Revolução, esse projeto de hegemonia tem sequência, emergindo como um de seus pontos-chaves a criação, em 1931, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que teve como seu primeiro presidente Armando Salles Oliveira e como principais dirigentes e colaboradores Roberto Simonsen, Roberto Mange e Lourenço Filho, além de Noemy Silveira, Júlio de Mesquita Filho e Raul Briquet, os quais como Lourenço Filho foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

É possível perceber que o movimento da Escola Nova surgiu no país seguindo tendências já em curso na Europa e América do Norte. Sua implantação no Brasil ocorreu devido ao contexto político que o país vivenciava. O clima de mudanças e descontentamento

com o grupo dominante naquele momento propiciou um sentimento de contestação às políticas educacionais vigentes naquele momento, bem como às políticas de governo que vinham sendo aplicadas, abrindo assim espaço para o Escolanovismo. Os ideais sustentados pelas lideranças políticas que alavancaram a Revolução de 1930 vinham ao encontro dos ideais progressistas dos Pioneiros da Educação Nova no Brasil, pois tinham o intuito de criar um novo modelo pedagógico laico, que estivesse ao alcance de um número maior de brasileiros. Assim o país, naquele momento constituía-se um campo fértil para a implantação de novas ideias nos campos político, educacional e social.

Contudo, a bandeira levantada pelos partidários do movimento da Escola Nova no Brasil não era legítima, visto que seus ideais caminhavam lado a lado com os interesses da elite industrial, buscando formar mão de obra qualificada para manter em funcionamento o sistema capitalista. Beneficiando-se da repercussão gerada pelo movimento escolanovista no Brasil, o governo provisório de Getúlio Vargas não perdeu oportunidade de buscar apoio desse grupo de intelectuais que integrava o movimento revolucionário pedagógico, o qual se encontrava em efervescência e possuía alguma semelhança com os ideais dos revolucionários que o apoiaram para a chegada ao poder. Para isso, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, deixando-o sob o comando de Francisco Campos, também membro do movimento Escola Nova no Brasil (SAVIANI, 2011).

Nesse momento, à frente do Ministério da Educação, Francisco Campos realizou uma série de medidas administrativas, que ficou conhecida como “Reforma Francisco Campos”, dentre elas:

- Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
- Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o regime universitário;
- Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino Secundário;
- Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931: que estabeleceu o Ensino Religioso nas escolas públicas;
- Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. (SAVIANI, 2011, p. 197).

Esse conjunto de leis mostra a tendência de renovação do ensino no Brasil, especialmente em relação à criação de um sistema educacional nacional que busca promover a

nacionalização do país por meio da centralização do poder. Assim, as decisões nas mãos do governo federal e estendida aos estados através dos interventores nomeados pelo governo provisório, ao mesmo tempo em que se criavam mecanismos de fomentação da indústria por meio da regulamentação do ensino secundário, visava formar um cidadão apto a atender às demandas do setor industrial, que estava em expansão nesse momento.

A Reforma Francisco Campos, no entanto, trouxe no seu Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, uma contradição quando regulamentou o ensino religioso nas escolas públicas. Como explicar o fato de que um dos nomes fortes do movimento da Escola Nova no Brasil, que defendia a laicização do ensino, defendesse uma medida que ia de encontro aos interesses do ensino confessional, mais especificamente da Igreja Católica? A resposta para esse questionamento é que, sendo esse ministério subordinado a Getúlio Vargas, não podia contrariar seus interesses e intenções de permanecer no poder.

Após o movimento armado que impediu Júlio Preste de assumir o governo chegar ao seu fim com a junta governativa assumindo o poder, o governo provisório exercido por Getúlio Vargas buscou condições de permanência no poder e, para isso, tentou aglutinar o maior apoio possível da sociedade, de forma que trabalhava, ao mesmo tempo, com as exigências do movimento escolanovista e, também, com as da Igreja Católica, outro segmento muito forte da sociedade naquele momento. Embora com interesses antagônicos, as lideranças que defendiam o ensino confessional (Igreja Católica) e a expansão do ensino laico (Pioneiros da Educação Nova) encontraram-se unidas pelo projeto de nacionalização de Getúlio Vargas.

A partir da Reforma Francisco Campos, mais especificamente com o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispunha sobre a organização do ensino Secundário, surgiram no Brasil políticas públicas visando atingir um grupo de pessoas jovens, egressos das escolas primárias, cuja demanda apareceu com o aumento da população urbana e o crescimento do setor industrial, assim, tornou-se necessária a criação de escolas de nível secundário, especialmente de ensino técnico.

Ademais, com o surgimento da burguesia industrial, iniciou no Brasil, também, a disputa entre os signatários do movimento da Escola Nova, que defendiam a democratização, laicização e expansão da Educação e a Igreja Católica, com característica elitista e seletiva, que passaram a exercer pressão no governo federal para realizar intervenções na Educação Brasileira. Esses dois grupos de intelectuais começaram, então, a travar uma verdadeira batalha política pela hegemonia no controle do modelo de educação que se desenvolveria na Educação Brasileira. A preocupação da Igreja Católica em continuar a exercer sua influência sobre a Educação na década de 1930 foi tão grande que o Papa Pio XI publicou uma encíclica,

no ano de 1929, proibindo os católicos de matricularem seus filhos em escolas que não fossem confessionais católicas (WEREBE, 1997, p. 54).

O professor João Cardoso Palma Filho (2005), ao falar sobre o crescimento da demanda por educação no Brasil na década de 1930, refere-se a Romanelli (1999), que diz o seguinte sobre o assunto:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a revolução de 30 acabou por representar, determina conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos, a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado. (ROMANELLI, 1999, apud PALMA FILHO, 2005, p. 4).

Vê-se que a existência do Decreto n. 19.890, por si só, não garantiu a abertura de escolas em número suficiente para atender à demanda existente no país. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1933, o Brasil contava com 1514 escolas de Ensino Médio, englobando todas as categorias de ensino, sendo que dessas, 328 eram de ensino do Magistério. Essa quantidade de escolas era insuficiente para garantir o acesso à Educação a todos os jovens que habitavam na zona urbana, sem contar os que habitavam na zona rural e que, nesse período, ainda era a maioria da população brasileira.

Diante disso, a proposta de renovação das ações governamentais, inclusive sobre a Educação, criadas pelos revolucionários, necessitava de debates para chegar a um consenso sobre qual modelo educacional que o país deveria seguir. Portanto, a Conferência Nacional de Educação torna-se um momento propício para esse debate e, de acordo com Romanelli (1999) apud Filho (2005, p. 61-74):

Quando se reuniu em dezembro de 1932, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender ao pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932.

Nesse contexto de definição do projeto educacional brasileiro, segundo Saviani (2011), sob a influência de Durkheim e Pareto, foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por um grupo de intelectuais, dentre eles Francisco Campos, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Cecília Meireles, um documento baseado no modelo educacional já implementado em outros países da Europa, contendo ideologias e princípios educacionais que possibilitariam interferir na organização da nação e de acordo com os interesses da elite social a qual eles pertenciam.

Alguns dos pioneiros da Educação Nova, como Francisco Campos em Minas Gerais, Anísio Teixeira na Bahia, Lourenço Filho no Ceará, Fernando de Azevedo no Distrito Federal e Mario Casassanta em Minas Gerais, participaram de maneira decisiva nas reformas do ensino em seus estados. Esses protagonistas possuíam experiência na área político-educacional e, por esse motivo, tiveram condições de, ao pensar e elaborar o “Manifesto”, apresentar propostas sólidas, realistas e que estavam de acordo com as necessidades do país. Dessa forma, suas propostas foram amplamente aceitas na constituição de 1934, não significando que a Igreja Católica perdesse seus preceitos, uma vez que eles foram incorporados ao novo texto. Assim, os “Pioneiros da Educação Nova”, como foram chamados, propunham que o Estado organizasse um plano geral de Educação, implantando uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita a todos os brasileiros.

Todavia, a iniciativa desses intelectuais adeptos do movimento da Educação Nova afrontava os interesses da Igreja Católica que, nesse período, detinha o controle de muitas das escolas particulares no país. E como dentre as ações do governo provisório de Getúlio Vargas estava a criação de uma nova constituição, o debate em torno do modelo de educação a ser seguido pelo país se tornou mais acirrado, a cada dia.

Para responder ao ataque sofrido por meio do Manifesto dos Pioneiros, a Igreja Católica, sob a liderança de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, e apoiado por Alceu Amoroso Lima, criou, em 1932, a Liga Eleitoral Católica (LEC), com a finalidade de eleger parlamentares para defender os interesses da Igreja no âmbito político. Logo após sua criação, a LEC influenciou na eleição de Luis Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Morais Andrade.

Tendo amplo apoio de Getúlio Vargas, a Igreja Católica realizava importantes ações, com a intenção de aumentar sua área de controle dentro do setor educacional. Com a atuação de Alceu Amoroso Lima, importante líder católico, o qual fez parte do Conselho Nacional de Educação de 1935 a 1969, criou-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e várias faculdades católicas nos anos de 1940 e 1941 (SAVIANI, 2011), que também foram

defendidas pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Leme, em uma carta pastoral escrita no ano de 1939, a qual diz que:

De nossas escolas e colégios tratamos como um fato; da nossa Universidade só nos é permitido falar como de uma esperança. Esperança, ainda, mas que se quer imediatamente realizar. Ao Brasil católico já não é possível viver sem essa artéria vital de seu organismo religioso. [...] Como expressão cultural superior do Catolicismo e como instrumento imprescindível de sua irradiação ampla e benfazeja em todas as eras, a Universidade Católica é, para o Brasil, penhor de ida ao presente e promossa do mais seguro porvir (CASALE, 1995, apud SAVIANI 2011, p. 261).

Promulgada em 16 de julho de 1934, a primeira Constituição da “Era Vargas” trouxe em seu texto as marcas do autoritarismo presentes naquele governo, a começar pela sua permanência, por um período de quatro anos, sem passar pelo processo eleitoral. Com relação à Educação, essa Constituição, em seu artigo 150, criou um Plano Nacional de Educação que, segundo Palma Filho (2005), compreendia todos os graus de ensino e ainda:

Gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; Obrigatoriedade do ensino em língua pátria nos estabelecimentos particulares de ensino; Garantia do reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino, desde que esses garantam aos professores estabilidade na função e remuneração condigna; Delega aos estados a responsabilidade de organizar e manter sistemas educativos em seus territórios; Cria o Conselho Nacional de Educação com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Educação; Disciplina a destinação de recursos para a educação, determinando que a União e municípios devam destinar nunca menos que dez por cento de sua receita e Estados e Distrito Federal, nunca menos que vinte e cinco por cento da sua renda resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos; Criação de fundos destinados a alunos que deles precisarem; Destinação de, pelo menos vinte por cento da receita da educação para serem destinados para o ensino na zona rural; obrigatoriedade de realização de concurso de provas e títulos para a seleção de professores. (PALMA FILHO, 2005, p. 9-10).

A promulgação da Constituição de 1934 apresentou alguns avanços, porém deixou bem clara a característica controladora, na medida em que criou o Conselho Nacional de Educação, mas com caráter apenas consultivo, ficando a cargo do poder executivo as decisões finais, como aponta Saviani (2011, p. 227). À época, o Ministro da Educação e Saúde nomeado para o cargo, pelo então presidente, foi Gustavo Capanema, que ocupou o lugar por onze anos, até o fim do governo de Getúlio, em 1945. Com a instituição do Estado Novo em 1937, Gustavo Capanema encontrou condições políticas ideais para instituir leis que

modificaram profundamente a Educação Brasileira e, em seguida, com o apoio do Governo Federal, baixou oito decretos-leis, sendo eles:

- a) Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI;
- b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- e) Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- f) Decreto-lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- g) Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC;
- h) Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Com essas alterações, ficava evidente que o governo federal atendia às exigências dos setores econômicos e políticos. A organização do ensino configurou-se com o ensino primário elementar, com duração de quatro anos, e o ensino primário complementar, com duração de apenas um ano; o ensino secundário ficou dividido entre o ginásio, com duração de quatro anos, e o colegial, com duração de três anos, com possibilidade de optar pelo ensino técnico-profissional, modalidade que constava de ensino industrial, comercial e agrícola, havendo ainda a formação de professores em nível médio, o curso denominado “Normal”.

A segunda constituição do governo de Getúlio Vargas trouxe benefícios diretos para os empresários da Educação e a Igreja Católica, que possuíam domínio de grande número de escolas particulares. Em consequência dessas ações, a população com baixo poder aquisitivo, não tendo condições de bancar o custo das escolas particulares, teria que procurar as escolas técnicas financiadas pelos industriais (SENAI e SENAC). Outra opção seria optar pelo sistema público, que oferecia, além do ensino primário, o ensino secundário preparatório para o ingresso aos cursos superiores e ao curso Normal, preparatório para o magistério.

Ao analisar o Artigo 129 da constituição de 1937, elaborada por Francisco Campos, percebe-se um recuo do Governo Federal em relação às suas responsabilidades, pois se desobrigava de fornecer ensino público a todos os brasileiros, passando a ofertá-lo apenas àqueles que não conseguissem pagar pelos estudos.

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (CAMPANHOLE; CAMPANHOLE, 1978, apud PALMA FILHO, 2005, p. 11).

Em face disso, Anísio Teixeira formulou duras críticas às políticas educacionais do governo de Getúlio, que se mostrou excludente e clientelista. Nos termos do autor: “A escola secundária brasileira sempre foi uma escola preparatória. Preparava os candidatos ao ensino superior; como escola de “preparatórios”, tinha objetivos determinados e uma clientela determinada”. (TEIXEIRA, 1999, apud PALMA FILHO, 2005, p. 12). Tais críticas mostraram-se pertinentes ao observarmos, por exemplo, a lei que obriga as crianças concluintes do ensino primário a realizarem exames de admissão. Essa medida foi criada em 1931, com a reforma de Francisco Campos, e foi mantida pela reforma do Ensino Secundário, em 1942, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961 (BITENCOURT, 2015, p. 70), e o objetivo do governo, com ela, era criar um mecanismo de exclusão, que tirava de muitas crianças a possibilidade de continuar a estudar, visto que nem todos conseguiam ser aprovados nessas avaliações.

No que diz respeito à disputa ideológica presente na criação das legislações, ela mostra-se real quando observamos que as leis criadas beneficiam, diretamente, os setores privados. Longe do que pregava a “Educação para todos”, defendida pelos idealizadores que assinaram o Manifesto de 1932, as leis educacionais do governo de Vargas reforçavam a divisão de classes quando abriam espaço apenas para um pequeno grupo de pessoas que podiam ingressar no ensino secundário e ter a chance de buscar uma formação em nível superior.

Dentro desse contexto, por exemplo, muitos cidadãos viviam em situação de miséria e eram rotulados de preguiçosos ou descomprometidos, por deixarem de frequentar a escola, mas, na verdade, não se tratava de querer ou não estudar, pois os alunos que conseguiam concluir o Ensino Primário encontravam uma barreira quase intransponível para quem não tinha condições financeiras para pagar aulas particulares para se preparar para os exames de admissão. Segundo Clarice Nunes (2000):

O exame de admissão foi por algumas décadas a linha divisória decisiva entre a escola primária e a escola secundária. Funcionou como um rito de passagem cercado de significados e simbolismos, carregado de conflitos para os adolescentes ainda incapazes de lidar com fracassos. [...] A seletividade do ensino secundário era agravada por esse exame, pois cada escola secundária organizava seus programas e não os divulgava, de modo que os candidatos e suas famílias não sabiam se o nível de exigência das provas acompanharia o nível do conteúdo da quarta série das escolas primárias. O fracasso nos exames era praticamente inevitável, o que acarretou a disseminação dos cursos de admissão organizados por particulares, mantidos a custo de altas taxas e dificultando condições às populações mais pobres de

participar do processo seletivo. (NUNES, 2000, apud BITENCOURT, 2015, p. 71).

Ficando fora do grupo de aprovados nos exames de admissão, não restava alternativa aos reprovados se não o ingresso nas escolas que oferecessem formação técnica para comporem o corpo de funcionários das indústrias, recebendo baixos salários. Conforme foi mostrado nesta discussão, as lutas dos revolucionários de 1930 e outras mais ocorridas em outros períodos, lideradas pelos setores populares, não se converteram em significativas vitórias no campo educacional.

Ao analisar a constituição de 1937, especialmente sobre a maneira como Vargas e os constitucionalistas desse período trataram a questão educacional, Werebe (1997, p. 58), diz que:

Quanto ao ensino profissional, tal como foi estabelecido, veio confirmar a dicotomia (jamais superada) entre o ensino para os “ricos” (a escola secundária) e o ensino para os “pobres” (o preparo para as profissões manuais). O fato de colocar claramente em lei tal discriminação teve o “mérito” de desmascarar as pretensas ilusões de “democratização” do ensino.

Paradoxalmente, o final do primeiro período do governo de Vargas terminou com um golpe dado pelos militares, na pessoa do General Góis Monteiro, com o apoio dos setores comerciais e industriais (chamada alta burguesia) e ligados ao Partido Social Democrata, que foi o que mais se beneficiou com as políticas educacionais adotadas por Getúlio Vargas em seu governo.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela, tampouco, a sociedade muda”

Paulo Freire

2 A EDUCAÇÃO EM GOIÁS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Os grupos escolares surgiram no Brasil no século XIX, mas foi a partir da década de 1930, devido ao aumento da população e à pressão da sociedade que sua implantação se intensificou, como opção para alcançar um número alto de crianças e ofertar ensino primário. Em Goiás, especificamente, embora já contasse com uma estrutura educacional própria, como as escolas isoladas nos municípios e grandes instituições, como o Liceu de Goyás, criado em 1846, o índice de analfabetos chegava a 86,3% da população do estado (NEPOMUCENO, 2007). O governo de Goiás, administrado pelo interventor Dr. Pedro Ludovico, seguindo a tendência nacional de centralizar as decisões políticas educacionais, criou um sistema único de educação e combate ao analfabetismo, por meio do Decreto n.º 800, de 11/03/1931, que foi o Conselho Estadual de Educação, com a finalidade de normatizar a educação.

Para dar continuidade ao projeto de governo, iniciou-se um movimento de expansão das escolas normais, visando formar professores para atender à demanda surgida a partir da criação de novos grupos escolares por todo o Estado. Segundo Nepomuceno (1994), em 1930, havia em Goiás apenas 06 escolas normais, passando para 25 em 1942.

Além de ações administrativas, como a criação do Conselho Estadual de Educação, o governo de Goiás, visando aperfeiçoar o trabalho dos docentes e criar um ambiente que possibilitasse o desenvolvimento da cultura entre professores e cidadãos, criou nos municípios, inclusive em Goiandira, o cinema educativo e uma revista pedagógica, a fim proporcionar a circulação de teses e pesquisas pedagógicas que se destacassem na época. Esse material recebeu o nome de “Revista de Educação” e era de aquisição obrigatória para todos os professores, tudo isso previsto em decreto do governo, segundo Nepomuceno (1994).

Essas informações dão a ideia do quanto o governo de Goiás estava alinhado ao governo federal em relação ao projeto de nacionalização, pois investiu na Educação em nível primário, mostrando estar em consonância como o governo federal na implementação de um novo modelo de sociedade, que fosse capaz de atender às exigências do Capitalismo que se instalara no país, pretendendo tornar o Estado de Goiás mais moderno por meio da Educação.

É importante salientar que as mudanças ocorridas no sistema educacional em Goiás, assim como no restante do país, não atendiam a todas as crianças, pois a quantidade de vagas era insuficiente no nível primário e no secundário, portanto, era restrito a um pequeno grupo, que conseguia acesso passando pelos testes de admissão. Com isso, são perceptíveis na educação em Goiás as marcas da exclusão social das massas e a priorização da elite, porque conseguia sucesso nos exames de admissão, em sua maioria, aqueles alunos filhos de famílias de classe média alta, que tinham condições para pagar cursinhos preparatórios para os seus filhos.

O governo goiano realizou ações visando expandir o ensino primário, porém, não deu o amparo financeiro necessário para que a educação atendesse a todas as crianças. Em pesquisa feita em relatórios do governo de Goiás, Nepomuceno (1994) verificou que, entre 1930 e 1937, Goiás expandiu sua rede primária de 16 grupos escolares e 161 escolas isoladas para 38 grupos escolares, dentre os quais estava o Grupo Escolar Pedro Ludovico, implantado em 1934, e 152 escolas isoladas, em 1936. Grande parte dessas escolas foi criada com a autorização do governo estadual, porém com investimentos das prefeituras, ficando o estado responsável apenas pela contratação dos professores.

Em 1937, pressionado pelos seus opositores em diversos estados, Getúlio Vargas viu-se obrigado a realizar as eleições e promulgar a Constituição, sendo assim, como bom articulador e estrategista, auxiliado por seus mentores, especialmente Francisco Campos, elaborou a nova Constituição do Brasil. Em seu texto, essa Constituição dava condições ao governo central de intervir nos estados, minimizando sua autonomia, garantindo condições de exercer domínio político e econômico sobre eles e, assim, evitar que se levantassem contra o poder federal.

Esse é, resumidamente, o contexto histórico-político do início do “Estado Novo”. Vargas acordou com lideranças constitucionalistas e o texto foi aprovado, dando condição de permanência a Vargas, sem a realização de novas eleições. Ao assumir, indicou interventores em todos os estados e municípios, e iniciou ações nas áreas políticas, econômicas e educacionais, visando criar bases para o desenvolvimento nacional, seguindo os princípios capitalistas impostos pelos americanos.

Em Goiás, um marco da política de interiorização do Brasil foi o início da construção de Goiânia, que passaria a ser a capital do Estado, e o aumento da malha rodoviária e ferroviária (NEPOMUCENO, 2007). A autora relata que a realização do VIII Congresso Nacional de Educação, em Goiânia, expressou as intenções do Estado Novo para o Centro-Oeste, conforme nota do Correio Oficial, reproduzida em Nepomuceno (2007, p. 114):

Acontecimentos de alta importância para o nosso Estado, que até a pouco era desconhecido, representa tal decisão do novo regime um formidável impulso que a nação imprimiu ao Brasil Central, principalmente a Goiás [...] O grande conclave que o Estado Novo fará realizar em Goiânia reunirá todas as forças morais e culturais do Brasil, no centro geográfico de seu território, em uma zona agrícola por excelência, para a discussão do sentido que deve nortear a educação dos brasileiros [...] Com tal acontecimento, inicia-se a “Marcha para o Oeste” que inaugurará no Brasil uma vida renovada [...] O congresso Nacional de Educação em Goiânia realiza-se em obediência ao Plano da Grande Marcha. Getúlio Vargas e Pedro Ludovico ambos os produto do determinismo histórico [...], unidos num só sentimento de grandeza nacional [...] são edificadores da Pátria e se guiam iluminados pela mesma tocha inspiradora da educação.

Dentro desse ideal de nacionalização e expansão do capitalismo, a atuação no campo educacional era indispensável. Em Goiás, foram realizadas mudanças importantes na área educacional, todas em consonância com o governo federal. Dentre elas, podemos citar a Lei n. 261, de 7 de agosto de 1937, que institui a Escola Normal Rural, cuja iniciativa visava formar docentes para atuar no campo e, dessa forma, evitar o êxodo rural, tendo em vista que esse fenômeno dificultaria o desenvolvimento do estado que possuía, e ainda possui, atividades rurais que colaboram para o desenvolvimento econômico de Goiás.

O movimento de interiorização colocado em prática por Getúlio Vargas teve, em Goiás, um local de atuação necessário, devido à sua localização geográfica. Dr. Pedro Ludovico construiu a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), hoje na cidade de Ceres, com a finalidade de oferecer ensino voltado para as pessoas que moravam no campo ou que ali pretendessem morar (NEPOMUCENO, 2007). A CANG surgiu como movimento de interiorização no Brasil e em Goiás, ao mesmo tempo em que Dr. Ludovico, atendendo às expectativas de modernizar o estado, idealizou a construção de Goiânia. Essa meta atendia, também, aos interesses políticos e de algumas pessoas ligadas à elite das regiões Sul e Sudeste do estado. Mesmo com enormes dificuldades financeiras, o governo de Goiás iniciou a construção de Goiânia, fato que passou a ser o centro das atenções e dos debates políticos até a sua inauguração.

Demonstrando sua preocupação com a educação em sua gestão, Pedro Ludovico enviou ao presidente da República um relatório que mostrava a evolução da implantação de escolas no Estado de Goiás, conforme mostra a tabela abaixo, publicada no Diário Oficial do Estado, em 1945.

Tabela1- Quantitativo de escolas existentes na Era Vargas

ANO	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS ISOLADAS OU COMUNS
1.929	16	161
1.930	20	161
1.933	26	261
1.936	31	182
1.939	46	145
1.940	45	145
1.941	47	149
1.942	49	155
1.945	74	630

Fonte: Relatórios 1933, 1939 e 1942 / Mensagem 1936/ Diário Oficial do Estado de Goiás (1945) / Goyaz, uma nova fronteira humana (1949).

Nessa tabela, é possível perceber o avanço dos investimentos em Educação, especialmente na questão dos grupos escolares. Vê-se que foram realizados mais investimentos, proporcionalmente, que em os outros estados da federação, chegando a destinar 24,32% da receita geral do Estado (Relatório de 1.933). No entanto, os investimentos em educação foram reduzindo aos poucos, devido às outras ações do governo, especialmente a construção da nova capital do estado. De acordo com a Professora Rubia-Mar Nunes Pinto (2009), há evidências de que as escolas da capital não sofreram cortes em seu orçamento e os professores que ali trabalhavam recebiam mais que aqueles que lecionavam no interior. Essa informação deixa claro o modo autoritário e arbitrário com que Pedro Ludovico exercia seu mandato, sob a chancela de Getúlio Vargas, quem o nomeou como interventor em Goiás.

Com a construção de Goiânia, o dinheiro que outrora era destinado ao interior, diminuiu consideravelmente. Assim, muitos municípios foram onerados, pois tiveram que assumir a construção dos prédios para implantação das escolas. Além disso, o interventor estabeleceu parcerias com a Cruzada Nacional de Educação e instituições religiosas católicas para que o ritmo de avanço no desenvolvimento educacional do Estado não perdesse o rumo.

2.1 A expansão das Escolas Normais em Goiás

Em Goiás, ao final do século XIII, a mineração era a principal atividade econômica. Naturalmente, os núcleos de povoamento se formavam em torno das áreas onde havia exploração do ouro e pedras preciosas, porém, com a escassez de ouro no século XIX, Goiás retardou seu processo de crescimento e, por consequência, não houve desenvolvimento social, econômico ou educacional, visto que, devido a pouca procura por educação, não existiam investimentos nesse setor.

Somente em 1774 foi iniciada a cobrança de subsídios com a finalidade de financiar a educação pública, contudo, as primeiras escolas só foram instaladas após 1788. Canezin e Loureiro (1994), ao falarem sobre a Educação em Goiás, citam Palacin (1975), que afirma: “Só em 1788, por providência de Luiz da Cunha Menezes, vieram para Goiás os primeiros professores: três de Primeiras Letras para Vila Boa, Meia Ponte e Pilar, dois de Latinidade e um de retórica [...]”. (PALACIN, 1972, apud CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 10).

Oficialmente, a educação pública em Goiás só foi regulamentada através da Lei n. 13, de 13 de julho de 1835, na gestão do goiano José Rodrigues Jardim. Ainda assim, nesse primeiro formato de projeto educacional, somente era oferecido o ensino elementar, que era dividido em duas etapas, primeiro e segundo grau: no primeiro, as crinaças deveriam aprender as quatro operações e a doutrina cristã; no segundo, deveriam aprender leitura e escrita, aritmética até as proporções, gramática da língua nacional e noções gerais dos deveres morais e religiosos. Ademais, vale lembrar, os conteúdos eram diferentes para homens e mulheres, conforme nos lembra Canezin e Loureiro, 1994.

A lei referida acima, em seu Artigo 9º, dá obrigatoriedade aos pais de oferecerem ensino primário aos seus filhos, podendo ser punidos aqueles que não cumprissem essa exigência. Canezin e Loureiro (1994) citam um trecho da legislação, que traz o seguinte:

Os pais de família são obrigados a dar a seus filhos a instrução primária de primeiro gráo, ou nas escolas públicas, ou particulares, ou em suas próprias casas e não os poderão tirar d’ellas em quanto não souberem as matérias próprias do mesmo gráo. A infração deste art. será punida com a multa de dez a vinte mil réis [...] (Lei n. 13 de 23/07/1. 835, apud CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 13).

Ainda de acordo com a mesma lei, para exercer o magistério de primeiras letras, era necessário apenas professar a religião Católica Romana, ter mais de 21 anos, bom comportamento e os conhecimentos exigidos na lei para as séries as quais os professores iriam ministrar aulas. Diante dessas poucas exigências, é evidente que a formação de professores era insipiente e grande parte daqueles que ministravam aulas nas escolas e nas fazendas eram professores práticos, conhecidos como “Mestre Escola”, que transitava pelas fazendas levando o ensino de primeiras letras às crianças de algumas regiões.

Nas décadas de 1840 e 1850, a formação dos professores começou a ser assunto de pauta dos governos, uma vez que a falta de formação dos professores passou a ser apontada como razão da situação caótica em que se encontrava a educação na província de Goiás, conforme mostra o relatório de José Ignácio Ramalho, em 1846.

Os professores, salvo algumas raras exceções, não tem os conhecimentos necessários para desempenharem seus deveres, e impossível seria preencher todas as cadeiras creadas na província, com homens profissionais revestidos de todas as habilitações exigidas pela lei em vigor. A falta de homens que exerçam dignamente o magistério, he um mal que affecta poderosamente o progresso da instrução. (RAMALHO, 1846, apud CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 17).

Foi nesse contexto de impressão de abandono em relação à educação que foi criada a primeira Escola Normal, da então província de Goiás, através da Lei n. 15, de 28 de julho de 1858. O Art. 2º dessa lei ressaltava que: “nenhum indivíduo d’ora em diante, será provido vitaliciamente no professorado, sem que apresente documento comprobatório d’aver sido examinado e aprovado nas matérias leccionadas na Escola Normal”. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 18).

A criação da Escola Normal, porém, só ficou no papel, pois, de um lado, não havia grande interesse da comunidade em participar dessa formação e entrar na carreira do magistério; por outro lado, o poder público não dedicava grandes esforços em promover o desenvolvimento da Educação na Província, sob a alegação de que suas finanças não tinham capacidade orçamentária para tal propósito. Esse fato se deve à característica rural da sociedade goiana nesse período e à pouca inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo em vista que, naquela época ainda havia grande preconceito em relação à mulher, e sua função social se restringia, simplesmente, a ocupar seu tempo com as tarefas do lar e cuidar dos filhos, papel esse que era, inclusive, ensinado pelas escolas femininas. A situação das mulheres em relação ao trabalho começou a alterar-se em 1868, quando foi criado um Regulamento de instrução pública e particular, que traz o seguinte teor:

As mulheres casadas deveriam apresentar autorização do marido para lecionarem. As viúvas, a certidão de óbito; as separadas judicialmente, a certidão da sentença comprovando não terem sido causa da separação. As mulheres solteiras só poderiam ser nomeadas aos 21 anos, se residissem com seus pais ou tutores; residindo sozinhas, somente aos 25 anos. Além desses limites, a mulher somente poderia lecionar em turmas do sexo feminino. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 19).

Já no que diz respeito à escola pública secundária em Goiás, ela surgiu, em termos oficiais, em 23 de fevereiro de 1847, por intermédio da criação do Liceu de Goiás, pela Lei n. 9, de 20 de junho de 1846. O ensino superior em Goiás, nesse período, era inexistente e a opção para as pessoas que tinham condições financeiras era enviar seus filhos para locais

onde o sistema educacional era mais desenvolvido, para que pudessem formar-se em nível superior.

De fato, a situação da província de Goiás começou a sofrer algumas mudanças mais categóricas a partir dos anos de 1960 e 1970, devido ao aumento dos debates ideológicos e filosóficos que se iniciara em todo o mundo, chegando a Goiás, ainda que com certo anacronismo, devido à ida dos filhos das famílias mais ricas para realizarem seus estudos em centros urbanos mais desenvolvidos. Em um de seus discursos, o presidente da província, o senhor Gama Cerqueira, fez referência à situação de atraso em que se encontrava a educação na província, dizendo que ao magistério devia ser dada mais atenção, pois “é grande a importância da educação na construção da cidadania, no progresso e regeneração da sociedade”. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 20).

Em meados de 1881, a filosofia positivista de Comte exerceu influência no campo educacional em Goiás, pois alguns membros da elite local, especialmente os Bulhões, passaram a defender o ensino laico, alicerçado nas bases positivistas, que seria o embrião do pensamento capitalista. Eles criticavam a igreja por suas tendências socialistas que impediam o capitalismo de se propagar, dizendo que: “a civilização impele a humanidade para a convivência com o bem estar material como condição para o desenvolvimento moral, ao passo que a igreja permanece presa a preconceitos socialistas incompatíveis com as necessidades da humanidade atual”. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 24).

Diante disso, no mesmo ano, retomaram o debate sobre a necessidade de criação dos Cursos Normais e foi quando o governo central enviou, através de um documento circular, de número 4.465, a solicitação para que as províncias criassem o Curso Normal, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, do Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Acatando o pedido do governo central, a província de Goiás criou, através da Resolução n. 627, de 03 de agosto de 1882, uma Escola Normal, anexa ao Colégio Liceu. Os termos da criação tinham o seguinte teor: “Fica instituído no Lyceo desta capital promiscuamente o curso de instrução secundária já existente, um Curso Normal para a preparação dos professores de instrução primária”. (Resolução n. 676, de 03 de agosto de 1882, apud CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 28).

Apesar de ter sido criado em 1882, o Curso Normal só funcionou no ano de 1884, na gestão do Presidente Camilo Augusto Maria de Brito, como forma de incentivar o ingresso no magistério. Aqueles que concluíssem o Curso Normal ficariam dispensados da exigência de concurso público e estariam, automaticamente, efetivados vitaliciamente na função de professor.

Conforme foi visto, apesar de inúmeras tentativas por melhorar as escolas em Goiás, foi somente no final do século XVIII, quando a província já tinha mais de 61.000 habitantes, que se colocaram em prática os cursos de formação de professor. Ainda assim, o curso anexo ao Liceu deu margem a várias críticas negativas sobre os resultados obtidos, por isso, mesmo sendo recente, a Escola Normal foi extinta, sob a alegação de que sua instalação junto ao Liceu o levou a uma profunda desorganização e a procura por essa formação foi mínima. De acordo com Canezin e Loureiro (1994, p. 34), a extinção da Escola Normal se deu em 1886, no Governo de Guilherme da Cruz: “A Escola Normal, reduzida a curso em 12/4/1. 886, deixa de existir em 1/12/1.886, pela supressão da cadeira de Pedagogia. Apesar de restabelecida a cadeira de Pedagogia no Liceu em 07/1/1. 888, a Escola Normal não foi reativada”.

De maneira geral, a transição do Império para a República representou para o Brasil e, conseqüentemente, para Goiás, a oportunidade de fazer mudanças para a consolidação da República. Essas transformações aconteceram em diversos setores, inclusive na Educação, área em que a constituição republicana deu aos estados a incumbência de realizar a organização da instrução pública. Assim, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n. 38, de 31 de julho de 1893, que promovia a reforma do ensino em Goiás e seguia os princípios da Constituição da República, que estabelecia o ensino público e gratuito e dava obrigatoriedade aos chefes de família de matricularem seus filhos em escolas, podendo ser punidos com multa caso descumprissem essa determinação.

Em meio às mudanças ocorridas no campo educacional, vemos, novamente, o surgimento de uma estrutura diferente para a Escola Normal. Segundo a Lei n. 38, de 31 de julho de 1893, o ensino público em Goiás ficou dividido em três formatos: ensino primário de primeira, segunda e terceira entrância, com graus de dificuldades diferenciados, porém as disciplinas eram as mesmas. Poderia haver escolha de qual entrância seria adotada, considerando-se a região e o público que seria atendido, mas, ao final do curso, todos os alunos teriam direito de ingressar no ensino Secundário ou Normal.

Para realizar a fiscalização do ensino público, o governo de Goiás criou a Diretoria de Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas (DIIOP) e, de acordo com as normas desse departamento, a fiscalização da instrução pública seria realizada por um conselho superior composto pelo diretor da DIIOP, juntamente com um professor da Escola Normal, dois do Liceu e dois membros do Conselho ou Assembleia do município da capital (CANEZIN; LOUREIRO, 1994).

O mesmo pensamento progressista que permeava o Goiás republicano criava a necessidade de se desenvolver a educação, a fim de se promover sua equiparação aos outros

estados da federação. Esse desenvolvimento educacional também era necessário para se criar as bases do desenvolvimento do capitalismo no estado, através da criação de indústrias. No entanto, mesmo após a Proclamação da República, Goiás encontrou grandes dificuldades em acelerar o desenvolvimento da educação, uma vez que não havia oferta de profissionais para exercer o magistério. Por isso, o governo de Goiás passou a incentivar a privatização da Educação e, mais uma vez, a Igreja Católica entrou em cena, exercendo um importante papel nas políticas públicas educacionais brasileiras. Em 1889, chegaram a Goiás as Irmãs Dominicanas, que logo fundaram o Colégio Sant'Anna, ministrando aulas no ensino primário.

A reforma educacional promovida no início da República previa que fosse reestabelecida a Escola Normal, a fim de criar mão de obra necessária para promoção da expansão das escolas em Goiás, todavia, esse objetivo não se concretizou devido ao pouco interesse pela formação para o magistério e, para tentar solucionar esse problema, criou-se a Lei n. 107, de 15 de junho de 1896, que autorizava o governo do Estado de Goiás a contratar professores para atuar no Curso Normal, sem realização de concurso, quando não houvesse a procura de candidatos para a referida seleção.

Outra medida tomada, advinda da mesma dificuldade em relação aos profissionais para atuarem em sala de aula, foi a descentralização da educação, a partir da criação da Lei n. 186, de 15 de agosto de 1898, forçando os municípios a assumirem o Ensino Primário, pois aqueles que não os fizessem teriam que pagar um imposto ao Estado, correspondente a esse serviço (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 45).

Em relação à Proclamação da República, o evento não trouxe a Goiás a possibilidade de mudanças no que diz respeito à sucessão política, pois a alternância entre as grandes famílias da região ainda continuaram e a participação popular foi inexpressiva, mostrando que os ideais republicanos continuavam a contemplar a elite. A influência do grupo xavierista na política goiana aumentou ainda mais com o casamento de Xavier de Almeida com a filha de Hermenegildo Lopes de Moraes, um líder político com grande influência e fortunas no sudeste goiano.

Ainda dentro desse contexto, com a derrota do grupo político dos Bulhões nas eleições de 1904 e 1905, os ligados a Xavier de Almeida ganharam mais força e possibilitaram, assim, a realização de mudanças estruturais na administração do Estado. Nesse período, as diretorias foram substituídas por secretarias e o setor educacional ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas.

O início do século XX marca a reabertura da Escola Normal em Goiás, novamente anexada ao Liceu, ocorrida em 1903, porém, os problemas de antes ainda persistiam. A baixa

procura pelo Curso Normal tornou seu funcionamento quase inviável e, de acordo com Canezin e Loureiro (1994, p. 49), em 1906, apenas oito alunos concluíram o curso Normal. Assim, diante da continuidade na crise das Escolas Normais, ocorreu um aumento nas escolas particulares, principalmente aquelas dirigidas por ordens religiosas, como o Colégio Sant'Anna, em Goiás, o Colégio Santa Catarina, em Bela Vista e o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional. Diante da falta de procura pela Escola Normal, que funcionava em Goiânia, esses três colégios receberam autorização, através da Lei n. 1.301, de 18 de julho de 1907, para ministrar o Curso Normal, desde que aceitassem a supervisão de um membro do Governo do Estado.

A insatisfação dos coronéis goianos com as crescentes e contínuas medidas de aumento da arrecadação fez com que ocorresse, em 1909, uma revolução, que ficou conhecida como “Revolução de 1909”, a qual levou ao poder Urbano Gouveia. Foi durante essa gestão que ocorreu a municipalização do ensino primário na íntegra, que já havia sido iniciada no ano de 1898, mas ainda havia participação do Estado. A partir de 1912, o governo passou a enviar recursos e fiscais de ensino aos municípios para que estes fizessem a aplicação financeira e o gerenciamento de pessoal no ensino primário.

Iniciado em 1915, o Curso Normal no Colégio Sant'Anna contava com o apoio do Bispo Dom Prudêncio, que dizia:

[...] em primeiro lugar, possibilitaria ao colégio uma base de superioridade, de estabilidade, e de resistência que não se podia desdenhar, em vista da criação que poderia acontecer, num futuro mais ou menos próximo talvez de outros estabelecimentos de instrução puramente leigos e antirreligiosos. Segundo, estimularia seguramente nossas crianças, as manteria mais tempo em nossas salas de aula, nos dando assim um meio de melhor educá-las, de melhor instruí-las na religião e na prática das virtudes cristãs; terceiro, a formação de boas professoras que levaria a instrução e a religião a todos os pontos do Estado. Traria um bem imenso que era necessário a todo preço realizar. (PRUDÊNCIO, 1915, p. 51-52). (mimeo).

Em tese, a criação do Curso Normal nas escolas confessionais seria visto como positiva aos governos estaduais e municipais, uma vez que ajudaria a levar formação aos professores. Porém, em 1917, o secretário de Instrução, Dr. Agenor Alves de Castro, entendeu que a atuação das escolas confessionais exercia influência negativa, devido à concorrência. Por esse motivo, Castro iniciou uma série de represálias ao Colégio Sant'Anna, questionando sua seriedade e alegando falta de adequação às exigências do Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, o governo de Goiás concedeu benefício às escolas privadas, principalmente às confessionais, equiparando os Cursos Normais oferecidos por essas instituições aos cursos oferecidos pelas escolas estaduais. Também foram concedidos pagamentos de subvenções a essas escolas, para que pudessem continuar oferecendo o Curso Normal e formando professores, tarefa essa que as escolas estaduais como o Liceu não conseguiram cumprir, pois a procura por matrículas era mínima, inviabilizando o funcionamento daquelas instituições. Segundo Canezin e Loureiro (1994), até o ano de 1923, recebiam reconhecimento do Curso Normal e recursos públicos para funcionamento, as seguintes escolas confessionais:

- Colégio Sant'Anna, em Goiás;
- Colégio Santa Catarina, em Bela Vista;
- Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional;
- Colégio Santa Clara, em Campinas;
- Colégio Sagrada Família, em Catalão;
- Colégio Nossa Senhora da Consolação, em Rio Verde;
- Colégio São José, em Formosa;
- Colégio Santa Maria Madalena, em Jataí;
- Colégio Santa Cecília, em Morrinhos;
- Colégio Conceição, de Pirenópolis.

A década de 1920 foi um marco para o crescimento e desenvolvimento da educação. Devido ao surgimento das estradas de ferro e indústrias no Estado de Goiás, especialmente nas regiões sul e sudeste, a procura por educação aumentou bastante, sendo necessário o aumento no investimento desse setor. Com o surgimento de novas escolas isoladas e grupos escolares, alargou, também, a procura pelo Curso Normal e, conseqüentemente, as escolas que ofereciam esse curso tiveram acréscimo no número de matrículas.

Em 1925, a influência do pensamento escolanovista chegou até as escolas goianas e o Decreto n. 8.538, de 12 de fevereiro de 1925, determinava que:

Os professores deveriam seguir o methodo analytico, ter em vista o desenvolvimento do raciocínio em vez da memória, evitando a parte doutrinária, as teorias enfadonhas, ficando expressamente proibido o uso dos alunos decorarem compêndios ou mesmo apontamentos fornecidos ou dictados pelos professores. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 60).

Esse mesmo documento permitia que os alunos que apresentassem certificado de conclusão de Ensino Primário nos grupos escolares matriculassem nas Escolas Normais, sem

passar pelo teste de admissão. Ao mesmo tempo, a década de 1920 foi o auge do domínio dos caiadistas no território goiano, pois o médico e fazendeiro Brasil Ramos Caiado governou o Estado de Goiás entre os anos de 1924 e 1929. Foi um período de grande crescimento da população goiana e, conseqüentemente, da procura por matrículas nas escolas públicas e particulares. Além disso, esse novo ciclo da política em Goiás possuía algumas características que se assemelhavam aos anteriores devido à característica comum da origem do líder Brasil Caiado, tendo em vista que, assim como os demais líderes dos períodos anteriores, os Caiados eram ligados à oligarquia agrária, porém, de outra região do estado.

Como já dito, o aumento da população em Goiás deu-se devido à chegada das estradas de ferro e à instalação de algumas indústrias, era o início do capitalismo e do desenvolvimento e a educação era uma peça chave na expansão desse novo modelo econômico. O crescimento dessa demanda nas escolas refletiu, também, nas Escolas Normais, que também tiveram significativo crescimento no número de matrículas. Nesse período, ampliou-se em Goiás quantidade de grupos escolares e escolas isoladas, com a finalidade de expandir o atendimento, levando educação ao interior do Estado.

No final da década de 1920, alguns estados já haviam feito reformas educacionais, adequando-se à tendência escolanovista. São Paulo, pelo seu pioneirismo nas reformas educacionais, tornou-se referência em educação para Goiás. Documentos oficiais mostram que Goiás fez aproximações com São Paulo, buscando melhorar a qualidade do ensino Normal aqui ministrado:

O governo deste Estado entrou em entendimento com o de São Paulo no sentido de pôr a sua disposição um dos professores das Escolas Normais paulistas, a fim de vir dirigir o instituto congênere existente nesta capital [...] Tendo sido para isso o Sr. Dr. Humberto de Sousa Leal [...] Que além de reger uma cadeira será o diretor da Escola, se incumbirá de reorganizar o Ensino Normal neste Estado. (ESCOLA NORMAL, 1929, p. 1).

A partir da aproximação feita com o professor Humberto Souza Leal, importantes mudanças foram feitas nas Escolas Normais de Goiás. Em 31 de outubro de 1929, foi instalado o curso de aperfeiçoamento para professores dos grupos escolares e a idade mínima exigida para ingresso nas Escolas Normais era de 14 anos.

É importante lembrar que o governo dos Caiados não se diferenciou dos demais em relação ao seu caráter excludente e elitista, na medida em que propiciava a expansão do ensino secundário e normal via escolas particulares, pois somente poderia pagar pelo serviço educacional aqueles que tivessem condições financeiras para tal. Dessa maneira, as classes

mais baixas só tinham acesso ao ensino primário, pois esse era oferecido aos mais pobres, de maneira gratuita.

Um novo cenário político surgiu em Goiás com a revolução de 1930. Esse movimento contava com a participação de uma parcela da sociedade composta por intelectuais ligados ao movimento escolanovista, membros da classe alta agrária e urbana, membros das Forças Armadas – a maioria oficial de baixa patente – e a classe trabalhadora que tinha esperança de que o governo de Getúlio Vargas atendesse aos seus interesses. Deflagrada a revolução, tornou-se interventor federal o médico Dr. Pedro Ludovico Teixeira, pondo fim ao domínio da família Caiado em Goiás. No aspecto educacional, criou-se a expectativa de que muito fosse feito pelo novo governo goiano, contudo, essa esperança foi frustrada, pois pouco se fez. Com uma forte semelhança ao jeito de governar de Getúlio Vargas, Pedro Ludovico assumiu uma postura autoritária, inibindo a ação de opositores, para se firmar no cargo de governador.

Os primeiros sete anos do governo de Pedro Ludovico foram animadores, com a educação recebendo uma receita que chegou a 18% da arrecadação do Estado. Nesse período, houve um notável aumento na fundação de escolas isoladas e grupos escolares, ampliando o número de alunos atendidos e de funcionamentos das Escolas Normais para amenizar o problema da falta de professores, dando continuidade no combate ao analfabetismo, que chegava a 80% da população de Goiás.

Nepomuceno e Canezin (1994), em um artigo publicado na Revista Brasileira de História da Educação, em sua edição n. 13, no ano de 2007, citam um relatório, datado de 17 de dezembro de 1932, no qual José Honorato justificou a criação de uma nova regulamentação para o Ensino Normal em Goiás, devido à realidade educacional do Estado.

Em Goiás, deve ser dispensado um carinho especial com o ensino normal e isto porque, com uma proporção de 80% de analfabetos, disseminados em um território superior a 700.000 km², forçosa é a conclusão de que só poderemos combater eficientemente o analfabetismo no dia em que houvermos arregimentado um professorado numeroso e capaz. E este só poderá ser oferecido pela Escola Normal. (HONORATO, 1932, apud CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 75).

É notória a importância do Curso Normal nesse período histórico, pois não havia universidade e a formação de professores somente se dava nesse modelo de escola. Através do Decreto n. 659, de 28 de janeiro de 1931, o Governo de Goiás facilitou a implantação de Escola Normal, quando deixou de exigir das instituições que pleiteavam a autorização para se instalarem no ramo o patrimônio de 50.000\$000 para o seu funcionamento e a mesma

orientação pedagógica das escolas da capital, para que fosse concedida a equiparação necessária, a fim de diplomar os professores de acordo com as normas exigidas para o exercício do magistério. Com essas facilidades, surgiram novas unidades de Escola Normal nos municípios de Morrinhos, Anápolis, Santa Luzia, Pouso Alto, Bonfim, Pires do Rio, todas elas de iniciativa privada, aliás, a privatização dessas modalidades de escolas tornou-se uma marca do governo Ludovico. Para justificar suas ações, ele alega que:

Entre criá-las a expensas dos cofres públicos, o que lhes acarretaria talvez ônus superiores a pouca capacidade, e estimular a ação de ensino particular sempre que esta pretendesse fundar estabelecimento de ensino normal, optamos pela segunda opção por ser, infelizmente, a que coadunava no momento com a penosa situação financeira do Estado. (TEIXEIRA, 1933, apud DOURADO, 2010, p. 196).

Criado por Pedro Ludovico, o regulamento educacional de 1931 mudou, significativamente, o funcionamento da Escola Normal, porque, com a criação das Escolas Complementares⁶ nos grupos escolares, foi proibido o acesso direto dos alunos que haviam concluído o ensino primário nos grupos escolares. Essa lei impediu, também, que alunos que haviam concluído o ensino primário em outros estados ingressassem no Curso Normal em Goiás, causando diminuição no número de matrículas.

Constata-se, portanto, que a expansão do ensino em Goiás ocorreu sem perder de vista os interesses da elite e que as escolas públicas estavam longe de ser para todos, pois era restrita a apenas uma parcela da população pertencente à elite goiana. As palavras de Dr. Pedro Ludovico, expressas em matéria publicada no Correio Oficial, com data de 11 de agosto de 1933, deixaram clara essa pretensão de restringir o acesso aos níveis superiores de ensino a apenas um determinado grupo de alunos.

[...] Se o educando revela capacidade excepcional de assimilação, possui predicados reais de memória e de inteligência, deve o Estado determinar-lhe o ramo científico em que será mais seguro e profundo o seu superior. Se o aluno é, porém, desatento ou subnormal, apresenta baixo quociente intelectual, deve o Estado restringir-lhe por inúteis, as oportunidades de ingresso ao secundário, tentando encaminhá-los ao tipo de aprendizagem mais adequado aos seus pendores. (GOIÁS, 1933, p. 30).

⁶ Nível de ensino a ser cursado após a conclusão do ensino primário, criado na gestão de Pedro Ludovico no ano de 1931 pela Lei n. 659, de 28/01/1931. Visava preparar os jovens para o ingresso no Curso Normal. (RIBEIRO, 2013, p. 8).

As ações de Ludovico no campo educacional, além de ser instrumento de exclusão social, na medida em que estratificava ou classificava os estudantes segundo seu desempenho nos testes de admissão, também demonstraram ter o objetivo de docilizar os indivíduos, desenvolvendo um sentimento de nacionalismo, através da implantação do canto de hinos e canções nacionais. Com essa atitude, o governo inculcava nos cidadãos seus projetos, levando-os a acreditarem que as ações desenvolvidas pelo governo eram de interesses para o povo, quando, na verdade, seu interesse era controlar ainda mais a nação, buscando condições de continuar no poder.

Com o golpe dado por Getúlio Vargas, em 1937, Pedro Ludovico se beneficiou, continuando como interventor em Goiás. Nessa atitude autoritária, o governo varguista mostrou sua face ditatorial e, para aumentar o controle sobre as massas, usou a educação como instrumento. CANEZIN e LOUREIRO (1994) relataram que: “No Congresso Regional do Ensino, o diretor da Escola Normal Oficial, professor J. Lopes apelou para a colaboração do professorado com o Estado Novo no sentido de exterminar as influências das doutrinas “extremistas” veiculadas pela Rússia e pela Itália”. (CANEZIN; LOUREIRO 1994, p. 82). No entanto, não houve êxito, uma vez que os professores normalistas foram envolvidos no jogo político de permanência no poder, para que os governos totalitários de Vargas e Ludovico fossem beneficiados e fortalecidos.

Na década de 1930, houve um movimento no sentido de aumentar o número de escolas rurais, visando modernizar as técnicas de produção, a fim de propiciar ao capitalismo condições de se desenvolver, também, na zona rural. A partir daí, a educação exerceu um importante papel na história da nação brasileira, uma vez que o governo ampliou o atendimento às pessoas que residiam na zona rural, buscando diminuir os índices de analfabetismo, uma vez que, nesse período, a maioria da população era rural. Mas, o surgimento de indústrias nas cidades causou a saída da população rural para a cidade, o chamado êxodo rural. Para frear essa tendência de saída, o governo criou nas escolas os “Clubes Agrícolas Escolares⁷” e, com a mesma finalidade, o governo de Goiás criou, em 1937, através da Lei n. 261, de 07 de agosto de 1935, a Escola Normal Rural, sediada nas proximidades de Goiânia, sendo instalada em janeiro de 1939.

Investir na Educação das famílias residentes na zona rural era um caminho obrigatório a ser percorrido pelos governantes, pois, nesse período, a maioria da população brasileira era

⁷ Os Clubes Agrícolas Escolares (CAEs) eram agremiações criadas em escolas públicas e privadas que visavam congregar alunos residentes na zona agrícola, desenvolvendo atividades de incentivo a permanência na zona rural, a fim de prevenir problemas sociais causados pelo êxodo rural intensificado nas décadas de 1930 e 1940, causando inchaço na população urbana. (BARBOSA, 2017, p. 50).

residente nas fazendas ou em pequenos povoados, portanto, para que a população do país fosse alfabetizada, era necessário dar incentivo aos professores para atuar na zona rural, pois a demanda por escolas era grande e caminhava na mesma direção do projeto de povoamento do interior do país, denominada “marcha para o oeste”. De acordo com Canezin e Loureiro (1994, p. 93), em 1940, a população de Goiás cresceu 47%, sendo que a população rural, impulsionada pelo crescimento da produção agrícola, cresceu 73,3%, enquanto que a população urbana cresceu 26,7%.

Retirante isso, a transferência da capital para Goiânia, ocorrida oficialmente através do Decreto n. 1816, de 23 de março de 1937, fez com que os investimentos em educação diminuíssem, já que passaram a ser destinados à construção da nova capital. Esse fato fez, também, com que a procura por matrículas no Colégio Sant’Anna, a primeira Escola Normal criada em Goiás, diminuísse gradativamente, pois a Cidade de Goiás, que fora outrora centro de produção de ouro e sede da capital do Estado, passou a ter um *status* de cidade sem expressão política.

As leis que regiam a Educação no Brasil permaneceram praticamente inalteradas, do ponto de vista legislativo, até o fim do “Estado Novo”, ocorrido em outubro de 1945, quando o governo foi transmitido ao presidente do Supremo Tribunal Federal e este garantiu a realização das eleições do dia 02 de dezembro, quando foi eleito o General Eurico Gaspar Dutra. É importante dizer que o grupo político que elegeu o Gen. Dutra era o mesmo que apoiou Getúlio Vargas na implantação do Estado Novo e o acompanhou até a deflagração do Golpe que o destituiu. Naturalmente, as políticas educacionais desenvolvidas naquele período não sofreram grandes transformações, ainda assim, uma delas foi a Lei Orgânica do Ensino Normal, criada por meio do Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que, apesar de assinada na mencionada data, foi elaborada no período em que o Ministro da Educação era Gustavo Capanema.

De acordo com essa reforma, o Ensino Normal passou a ser dividido em dois ciclos: o primeiro, com duração de três anos, que se destinava a formar professores regentes para atuar no Ensino Primário; o segundo, com duração de três anos, destinava-se a formar professores regentes para atuar no curso ginásial. Esse mesmo decreto, em seu Art. 4º, definiu que o Curso Normal deveria ser oferecido em três tipos de instituição, sendo elas: o Curso Normal, que poderia oferecer apenas o primeiro ciclo do Ensino Normal; a Escola Normal, que poderia oferecer o primeiro e segundo ciclo do Ensino Normal; o Instituto de Educação, que poderia oferecer os dois ciclos do Ensino Normal, além de especialização no magistério e habilitação de administradores escolares para as escolas primárias (BRASIL, 1946).

Essa nova formulação do Curso Normal no Brasil, permitiu que o exercício do magistério se tornasse mais profissional, aproximando a formação dos professores das séries iniciais aos níveis de ensino superior, como já havia no Distrito Federal, e fora criado por Anísio Teixeira, em 1935.

Ainda, o Decreto-Lei n. 8.530, em seu art. 6º, permitia que os alunos que concluíssem os dois ciclos do Ensino Normal ingressassem nas Escolas de Filosofia, a fim de prosseguirem seus estudos em nível superior. Mesmo com as alterações trazidas pelo supra Decreto-Lei, a realidade da Educação em Goiás não sofreu grandes alterações, pois a referida lei exigia a idade máxima de 16 anos para ingressar no primeiro ciclo do Curso Normal. Com essa imposição, os professores leigos, que representavam, em 1946, cerca de 80% do efetivo, ficaram impedidos de habilitar para o trabalho que já vinham exercendo devido à falta de profissionais formados.

Em 1947, Goiás iniciou a adequação ao Decreto-Lei mencionado, através da aprovação do Decreto-Lei n. 680, de 28 de maio de 1947, quando criou o Instituto de Educação de Goiás, na Escola Normal oficial. A partir da aprovação dessa lei, os municípios ficaram aptos a também promoverem suas mudanças, adequando os cursos já existentes e abrindo novos estabelecimentos, dentro da nova norma. Dois anos depois da aprovação do Decreto-Lei n. 8.530, surgiu o primeiro Curso Normal de primeiro ciclo em Goiás, na cidade de Pedro Afonso, por meio da Lei n. 214, de 03 de novembro de 1948. Em 1949, já havia no Estado 17 estabelecimentos de Ensino Normal, com o número total de 409 alunos matriculados.

Mesmo com todas as mudanças na estrutura do Curso Normal, a demanda pelos cursos de formação de professores em Goiás não apresentava mudanças em relação ao número de matrículas. A economia ainda era mantida, em sua grande maioria, pela produção agrícola, onde havia a exigência da participação de todos os membros da família na execução dos trabalhos, assim, a escola permanecia em segundo plano. Mesmo com significativo aumento na população em Goiás, que chegava a ser maior que a média nacional, o Curso Normal ainda era pouco procurado.

Diante desse quadro, visando aumentar o interesse pela formação no Curso Normal, no ano de 1951, na gestão do Dr. Pedro Ludovico, foi lançado um projeto de incentivo à formação de professores, cuja proposta era a de que o estado pagaria uma bolsa de estudos aos alunos que se matriculassem. Com essa medida, várias instituições que haviam fechado o seu Curso Normal voltaram a oferecer essa formação.

Em 1952, o governo federal lançou um programa visando levar educação à zona rural, em vários estados brasileiros, através da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com finalidade de oferecer capacitação aos professores leigos e habilitá-los para uma prática que já executavam. Mesmo assim, não foi suficiente, porque a procura por matrícula era para atender à demanda existente e substituir os professores leigos, que trabalhavam sem formação específica por décadas.

Em outubro de 1960, Mauro Borges, filho de Dr. Pedro Ludovico, foi eleito governador e iniciou uma série de medidas com o intuito de acelerar crescimento do capitalismo em Goiás. Com isso, mais uma vez, o setor educacional passou por mudanças significativas e a Igreja Católica exerceu um papel ativo na educação goiana, dessa vez, através do Movimento de Educação de Base (MEB). De acordo com Canezin e Loureiro (1994, p. 116), esse movimento atendia, principalmente, à população rural e, para que se tivesse acesso a essas pessoas, foi inaugurado, em setembro de 1961, o serviço radiofônico de Goiás. Através das ondas do rádio, chegaram a ser atendidos mais de 4.996 alunos, em mais de 270 escolas, sediadas em municípios localizados em torno de Goiânia.

Enfim, no que se refere à expansão da educação em Goiás, após tudo o que já foi dito acima, finalizamos com a informação de que a Lei federal 4.024/61 trouxe para o estado a tendência de descentralização, a partir da nomeação de Jose Peixoto da Silveira, na época assessorado pelo Padre Ruy Rodrigues, que era muito respeitado no âmbito educacional em Goiás. Esse fato se deu porque, nessa ocasião, através do Decreto n. 145, de 9 de dezembro de 1961, foram criadas as delegacias regionais de ensino, dividindo o estado em 20 zonas educacionais. Esse modelo de supervisão permanece até os dias atuais, passando a ser denominada, a partir do ano de 2017, como Coordenação Regional de Educação Cultura e Esporte (CRECE).

2.2 A interiorização das escolas em Goiás

Sob a influência da Revolução Francesa, o Brasil passou por mudanças significativas no campo educacional. Diferentemente de antes da Proclamação da República, após 1890, iniciou-se no país um debate sobre o projeto educacional que deveria ser implantado, chegando ao acordo na necessidade de criação de escolas em vários estados do país, especialmente voltados para o Ensino Primário. Alguns estados mais desenvolvidos, como São Paulo, saíram à frente na implantação desse projeto de nacionalização por intermédio da Educação.

No primeiro momento da Proclamação da República, houve um objetivo de se promover a integração dos cidadãos à nação, especialmente porque era uma necessidade urgente a formação de mão de obra assalariada, devido ao recente fim da escravidão e a necessidade das fazendas de continuarem suas práticas. Foi nesse contexto que surgiu, pela primeira vez, a instituição “escola pública”, para superar aquelas existentes. Como enfatiza Faria Filho (2000), “era necessário fundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada” (FARIA FILHO, 2000, apud ROMERO, 2014, p. 401).

Uma vez que a demanda por escolas era grande, havia a necessidade de se adotar um modelo capaz de atender um grande número de alunos, com o máximo de qualidade. Nesse sentido, os grupos escolares ou escolas graduadas surgiram como uma opção para a superação do atraso educacional do século XX.

[...] Carente de edifícios, livros didáticos e mobiliário, precária em pessoal docente qualificado para o ensino de crianças e distante dos modernos métodos pedagógicos. Nesse sentido, para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas - ou grupos escolares, como vieram a ser denominadas - foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava por sua vez esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal (BENCOSTTA, 2005, p. 69).

Identifica-se que os grupos escolares surgiram no Brasil desde o final do século XIX, mas, na Era Vargas, esse modelo de escola foi implantado em maior quantidade, inclusive substituindo algumas escolas isoladas, pois propiciava o atendimento a um número de alunos muito superior às escolas isoladas. Ainda que com certo anacronismo, o novo modelo de escola, chamado *grupo escolar*, que foi iniciado no Estado de São Paulo, ao final século XIX e início do século XX, chegou a Goiás. A proposta é que estes grupos escolares fossem diferenciados com novo programa enciclopédico e métodos e processos pedagógicos mais modernos. A principal diferença é que teriam instalações mais adequadas que permitia o atendimento de turmas de diferentes séries em salas separadas. Uma novidade até então.

Como já dito, a implantação dos grupos escolares teve início em São Paulo, a partir de 1890, servindo de modelo para os demais estados. “[...] em São Paulo (1894), no Maranhão (1903), em Minas Gerais (1906), no Rio Grande do Norte (1908), em Mato Grosso (1908), em Goiás (1918)” (ARAÚJO, 2006 apud ROMERO 2014, p. 401). Em Goiás, no entanto, o atraso em relação à questão educacional era um pouco maior e, em pronunciamento do então

Governador do Estado de Goiás, João Alves de Castro, citado por Bretas (1991), ele diz que a educação em Goiás não passava de uma fantasia.

Citando as leis promulgadas em 1911, 1913, 1914 e 1916, com as quais se procurou remediar os males do ensino primário como obrigação dos municípios, leis que tiveram execução, o presidente voltou a afirmar: “Tudo isso envolve a triste verdade que o ensino primário em Goyáz é um mytho, não existe”. (BRETAS, 1991, p. 504-505).

Na fala do presidente João Alves, é possível perceber que ele atribuiu o insucesso da Educação em Goiás à inconstância das leis, que ora colocavam o ensino público a cargo dos municípios, ora a cargo do Estado. Para resolver tal situação, o então presidente redigiu um projeto de lei para organizar o Ensino Fundamental, o qual foi enviado ao congresso goiano em julho de 1918. Tendo sido aprovado, esse projeto transformou-se na Lei n. 631, de 02 de agosto de 1918 e, por em função dela, foi emitido o Decreto n. 5.930, de 24 de outubro de 1918, que passava para o controle do Estado o funcionamento de todas as escolas, visto que obrigou as instituições municipais a seguirem as mesmas linhas das estaduais, visando assim a uniformização do ensino. Sua grande novidade foi a introdução do grupo escolar, instituição que já era comum em outros estados da federação, como mencionado anteriormente. Sobre a implantação dos grupos escolares em Goiás, o decreto n. 5.930 estipulou que:

Art. 21 – Além das escolas isoladas para ambos os sexos, serão creados, a juízo de governo, Grupos Escolares das cidades e villas de maior adiantamento ou naquellas em que a matrícula exceder a 300 alunos de ambos e com frequência de 200 discentes.

Art. 22 – Os Grupos Escolares poderão ser mixtos ou para cada sexo e funcionarão em prédios especialmente construídos para esse fim.

Art. 23 – Para a construção desses prédios ou de qualquer outro para escolas isoladas, o governo entrará em acordo com os municípios, pagando estes a metade das despesas, de uma vez ou em quotas, adrede estipuladas.

Art. 24 – Fica creado desde já o Grupo Escolar da Capital, o qual substituirá o actual Curso Anexo à Escola Normal. (BRETAS, 1991, p. 508).

A padronização dos prédios em todos os estados, inclusive em termos arquitetônicos, é uma clara demonstração da intenção de se construir um modelo de gestão nacional que tivesse na unidade um princípio a ser seguido, evitando que as lideranças estaduais quisessem desenvolver ações de cunho separatista e que não reconhecessem no presidente do Brasil a autoridade máxima, à qual se devia ter respeito e obediência. Para exemplificar como ocorreu essa padronização menciono aqui o código de ensino de 1913, do Rio Grande do Norte,

trouxe de maneira detalhada algumas dessas características que também foram executadas no Estado de Goiás:

Art. 42 – Os prédios das escolas serão situados em terreno elevado e seco, isolados de outros prédios, afastados dos centros de grande atividade industrial, de pântanos e de lugares suspeitos.

Art. 43 – Os prédios elegantes, modestos, bem arejados e iluminados pelo Sol, terão salas de aulas para quarenta alunos, no máximo, sob forma retangular, medindo pelo menos seis metros de largura por sete de comprimento, com um pé direito de quatro metros, ou seja, cinco metros cúbicos para cada aluno (AZEVEDO; STAMATTO, 2012, apud AMORIM, 2015, p. 218).

Segundo Jaques Le Goff (1990, p. 173), citado por Passos e Zunzarren (2016, p. 32), o termo “moderno” assimila a tomada de consciência de uma ruptura com o passado. Nesse sentido, o rompimento com as velhas oligarquias rurais deu novo sentido aos republicanos, pois o país passou por profundas mudanças em suas estruturas sociais, tentando ver na Educação e na garantia de direitos individuais uma maneira pela qual cada cidadão, livre das trevas da ignorância causada pelo analfabetismo, tivesse condições de contribuir para que a nação fosse mais desenvolvida e adequada ao capitalismo que, aos poucos, se instalava no Brasil nesse período.

Em termos práticos, os grupos escolares implantados pelo governo Vargas em todos os estados seguiam um padrão arquitetônico que visava dar melhores condições de aprendizagem e permanência dos alunos na escola. Além disso, foi observada a preocupação com as condições de saneamento e higienização dessas escolas e a exigência de padronização dos prédios públicos deixou bem claro que o Código dos interventores era seguido por todos e, com isso, o país passou por um processo de unificação, tendo a educação um importante papel nesse processo, inclusive no que diz respeito à preparação dos professores e práticas desenvolvidas nessas escolas.

Nesse contexto de mudanças educacionais, Goiás carregava o estigma de estado subdesenvolvido, devido à pouca e desorganizada rede de ensino até então implantada, tanto municipal quanto estadual, além de ter baixa densidade demográfica, pois o estado tinha poucas estradas e eram vastas as regiões não habitadas. Sendo assim, até 1930, Goiás era uma região de pouco destaque político e econômico e, segundo Silva e Camargo (2017), era visto por viajantes e elite brasileira como símbolo do atraso, por tratar-se de uma região improdutiva e pouco habitada; morada de índios e feras; espaço habitado por sertanejos pobres, deseducados preguiçosos e doentes. Sem malhas rodoviárias e ferroviárias, Goiás

ficava ilhado em meio aos estados de outras regiões de mais fácil acesso aos portos e aos estados mais desenvolvidos para que pudessem escoar sua produção e prosperar financeiramente.

O marco histórico para o desenvolvimento de Goiás foi, sem dúvida, a Revolução de 1930, pois ela propiciou uma quebra na onda de descrença em que o estado encontrava-se, afundado e sem perspectiva de avanços. Dessa forma, somente a partir de 1930 foi que ideias inovadoras ganharam força, tais como a construção de Goiânia e a mudança da capital, que trouxe para Goiás seus primeiros passos rumos à modernidade, conforme lembram Silva e Camargo (2017) e reforça Pinto (2009, p. 43):

A nova cidade-capital do estado de Goiás, cidade planejada e construída sob os auspícios da modernidade arquitetônica e urbanística, surgia como ruptura com o passado decadente e atrasado e como promessa de um futuro promissor para o filho mais modesto, o filho menos educado entre os filhos do pai Brasil.

De acordo com Silva e Camargo (2017), a construção de Goiânia significou para Goiás um novo tempo, pois o projeto era de uma cidade moderna, que chamou a atenção de muitas pessoas que foram para trabalhar e por lá ficaram, formando uma parcela da população da nova capital. Também chamou a atenção do governo federal que, a partir daí, abriu estradas que a ela davam acesso e, por volta de 1945, por esse motivo, a população de Goiás aumentou significativamente. Contudo, esse fenômeno representou problemas para a educação goiana, uma vez que o programa de ampliação da quantidade de escolas iniciado por Dr. Pedro Ludovico não alcançava a todas as crianças. Segundo Silva e Camargo (2017, p. 4): “[...] em 1957 o estado de Goiás possuía 1682 salas de aula espalhadas por seu território, enquanto que o mínimo suficiente para atender a demanda seria de 3.125 unidades, conforme declaração do Governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950)”.

Em 1937, foi criada em Goiânia a Diretoria da Cruzada Nacional de Educação. Nessa ocasião, foi sugerido que se construísse na capital a casa do aluno, com o objetivo de dar apoio aos alunos da zona rural que viessem estudar, até se tornarem alfabetizados. Outra ação relevante da Cruzada Nacional pela Educação foi a realização de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, a qual anunciava que cada município brasileiro deveria ser construído três escolas primárias. A partir daí, de acordo com Nepomuceno (2007), os municípios goianos superaram as expectativas e construíram as escolas rurais que haviam sido solicitadas e, ainda, construíram outros grupos escolares. Essas iniciativas foram impulsionadas pela obrigatoriedade de frequência escolar de todas as crianças, de todos os

níveis de ensino, mas a educação da população agrícola foi o grande gargalo do sistema educacional em Goiás, no início do século XX.

Ao analisarmos como se deu o precário processo desenvolvimento da educação no Estado de Goiás no início do século XX, compreendemos que ele ocorreu em meio ao processo de interiorização do Brasil, promovido por Getúlio Vargas. Vimos também que as ações do governo federal interferiram nas ações políticas que foram executadas por Pedro Ludovico. A interiorização do Brasil e posteriormente de Goiás não atendeu às expectativas de levar desenvolvimento a todos os municípios goianos, ao contrário, ficou restrito a capital do estado. Depois da mudança da capital, especialmente com a construção das estradas de ferro que cortavam o estado alguns avanços na educação ocorreram em cidades como Catalão, Ipameri, Pires do Rio, além de outras cidades que se desenvolveram ao longo das estradas de ferro. Dentre essas cidades está o município de Goiandira, o qual passaremos a analisar agora, realizando um estudo de caso pesquisando o Grupo Escolar Pedro Ludovico. Faremos uma remontagem da história dessa escola traçando um paralelo com a história do município de Goiandira, tendo em vista que a emancipação política dessa cidade ocorreu quase simultaneamente.

“O grande problema brasileiro é levantar o nível dessa massa da população, porque cultura é um fato coletivo, e não individual. É preciso usar o máximo dos recursos do país para dar saúde e educação para essa massa”

Caio Prado Júnior

3 O GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO EM GOIANDIRA: UM ESTUDO DE CASO

Goiandira está sediada na região Centro-Oeste do Brasil, no Sudeste do Estado de Goiás, tendo por confrontantes os municípios de Catalão, Cumari, Ipameri e Nova Aurora e, inicialmente, foi habitada por índios da tribo dos Caiapós. O goiandirense Vivaldo de Araújo, em sua obra “História da Terra Branca e outras coisas mais” traz detalhes do povoamento de Goiandira que, de acordo com ele, fazia parte da Sesmaria de Campo Limpo, localizada em uma área conhecida como “Sítio do Catalão” que, por sua vez, era vinculada à capitania de *Goyás*, criada em 1749. Esse arraial se formou devido ao fluxo de tropeiros que tinha, naquela rota, o trajeto de mais fácil acesso entre Goiás e São Paulo, usado pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho. Segundo o autor:

Bartolomeu Bueno da Silva Filho, seguindo as pegadas do pai, juntamente com o genro João Leite Ortiz, rumou para a região do planalto central, donde parte da bandeira seguiu em direção à bacia do Tocantins e outra parte caminhou para o sudoeste. Mais tarde, depois de ter regressado de uma viagem a São Paulo, descobriu as minas auríferas na região onde se ergueu o Arraial de Santana, no ano de 1727, transformada em Vila boa, em 26 de junho de 1727, que é o berço histórico da cidade de Goiás, antiga capital da Província e subsequente Estado de mesmo nome. (ARAÚJO, 2000, p. 15).

Ainda de acordo com Araújo (2000), em 02 de julho de 1726, a Sesmaria de Campo Limpo foi cedida a Bartolomeu Bueno da Silva Filho e a seu genro, João Leite Ortiz, pelo chefe da Capitania de São Paulo, por intermédio de uma carta datada de 02 de junho de 1726, da qual se viram injustamente despojados (ARAÚJO, 2000, p. 16).

Seguindo os caminhos que mostram como se deu a criação de Goiandira, Vivaldo Araújo conta que, após a morte de Tomás Garcia, Jerônimo Teixeira casou-se com Maria de Sousa, viúva de Tomás, e passou a ser proprietário dos direitos totais da sesmaria, juntamente com os demais herdeiros, mas a concessão definitiva demorou um pouco, devido aos agitos políticos ocasionados pelos conflitos ocorridos durante o período de independência da colônia. Devido a esse fato, por volta da terceira década do século XIX, Jerônimo Teixeira levou sua posse ao registro paroquial de Santa Cruz, que estava jurisdicionada ao Arraial de Catalão.

Sendo assim, Tomás Garcia e Jerônimo Teixeira foram considerados como os pioneiros de Goiandira, pois, entre todos os carreiros e tropeiros que por ali passaram, foram os únicos que fixaram moradia. De acordo com Araújo (2000), os descendentes de Tomás Garcia e Jerônimo Teixeira saíram a procura de boas terras e chegaram as Sesmarias de São Miguel e Matinha, alargando o território onde mais tarde se formaria o Distrito de Goiandira. Essas sesmarias possuíam terras de solo argiloso e, em razão de sua coloração branca, deu-se ao futuro distrito a denominação “Terra Branca”.

Como ocorrido em todo território brasileiro, em Goiandira também havia indícios da presença de indígenas, tais como utensílios encontrados durante escavações às margens dos ribeirões Fartura e Dourados, onde hoje se encontra a fazenda Água Fria. Segundo Araújo (2000), em meados do século XVIII foram mortos mais de dez mil indígenas da tribo dos Caiapós, que habitavam às margens dos rios Veríssimo, Corumbá, Piracanjuba, dos Bois, Turvo, Verde, Claro, Pardo e Paranaíba. Para que o ouro pudesse ser explorado, esses indígenas foram expulsos de suas terras pelo sertanista Antônio Pires de Campos, que mais tarde veio a falecer, vítima de um ferimento causado por uma flecha lançada por um indígena.

Nas redondezas, o povoado chamado de Campo Limpo foi se desenvolvendo lentamente e Araújo (2000) lembra que havia interesse da Companhia Mogiana, empresa paulista, em construir uma via férrea que atravessaria o país, passando por Goiandira, até chegar a Belém, no Pará. Porém, interesses políticos da época, por parte do influente Estado mineiro, pretendiam deixar Goiás no esquecimento, por esse motivo, o ponto final da ferrovia foi a vizinha cidade mineira de Araguari.

Depois de muitas disputas políticas, em 1911, a estrada de ferro chegou a Goiandira, dividindo a fazenda Campo Limpo em duas. No ano de 1912, na fazenda do Sr. José Cassimiro, foi construída a estação de embarque e desembarque, que foi denominada de Estação Goiandira, conforme pedido de um dos engenheiros da obra, o Sr. Balduino de Almeida. Ao seu redor, foram construídas muitas casas e, por meio da Lei municipal n. 39, de 25 de janeiro de 1915, editada pela prefeitura de Catalão, esse povoado foi elevado à condição de Distrito de Goiandira. Em março de 1923, chegou a Goiandira o abastecimento de energia elétrica, fato que contribuiu para que a quantidade de habitantes aumentasse consideravelmente, e passou a atrair a presença de diversos comerciantes. O vai e vem dos passageiros que embarcavam e desembarcavam dos trens, juntamente com o movimento das pessoas que transitavam pela estação para vender alimentos aos passageiros, dava ao povoado ares urbano.

No trabalho de Souza (2017) foi citado um trecho de Wyse (1989) que se refere à cidade de Goiandira, dizendo que ela gerava uma “santa cobiça” devido às suas características naquele momento. De acordo com a autora (2017), Goiandira foi para os religiosos americanos:

[...] um lugar que encheu de expectativas a Ordem Franciscana, ao vislumbrar um cenário promissor devido ao movimento de pessoas de vários lugares do país e do mundo, em consequência da presença das duas estações ferroviárias, da posição geográfica em privilegiada posição central do Brasil, além da próspera economia e de um perfil cultural que chama a atenção, por ser uma cidade do interior. (SOUZA, 2017, p. 38).

Ainda sobre a retrospectiva da trajetória histórica de Goiandira, lembra Araújo (2000) que a revolução de 1930 teve ali seus representantes nas pessoas dos jovens Absaí Teixeira, Juquinha Ferreira, Gumercindo Natal e os irmãos Geraldo, Agripino e Olímpio de Araújo, que apoiaram de maneira entusiástica a revolução chefiada por Getúlio Vargas e que em Goiás teve em Dr. Pedro Ludovico o seu líder principal. O autor lembra que, naquela época, a fraude eleitoral era comum e o eleitor, ao se aproximar da urna, recebia um envelope com a cédula eleitoral já preenchida para depositar. Além disso, cabos eleitorais apareciam armados nos locais de votação para intimidar os eleitores, práticas que eram comuns em todo o Brasil. Dessa maneira, mesmo com a grande preferência que tinha a Aliança Liberal, partido de Getúlio, o candidato Júlio Prestes saiu vencedor. Esse resultado fez eclodir no Brasil um movimento armado que depôs o presidente em exercício, Washington Luis, e deu o poder ao sulista Getúlio Vargas.

O prestígio que os revolucionários herdaram após o sucesso da Revolução influenciou diretamente os rumos do Distrito de Goiandira. Tão logo a junta governativa assumiu o Estado de Goiás, Absaí Teixeira, juntamente com os outros revolucionários goiandirenses, reuniram os documentos exigidos e solicitaram ao governo do Estado a emancipação política de Goiandira, que foi prontamente atendida, através do Decreto Lei n.799, de 06 de março de 1931. O prestígio de Absaí Teixeira foi tanto que, em um ato festivo realizado dias depois da emancipação de Goiandira, o povoado de Nova Aurora foi elevado à categoria de Distrito e anexado ao município de Goiandira (ARAÚJO, 2000, p. 50). Sobre a revolução de 1930, Araújo (2000) diz que:

O governo revolucionário de 30, apesar de seu espírito autoritário, atribuiu novos rumos para o estado de Goiás, inaugurando um período de progresso jamais visto, com profunda modificação dos costumes políticos e sociais.

Muitos prefeitos nomeados, embora não sendo legatários de um mandato popular, legitimaram os postos com a marca indelével da probidade, dedicação e espírito público, virtudes dificilmente encontráveis na democracia atual. (ARAÚJO, 2000, p. 49).

Goiandira esteve presente, também, na defesa do governo diante da ameaça da contrarrevolução constitucionalista liderada pelos paulistas. Quando o Dr. Pedro Ludovico fez um apelo para que todos os prefeitos entrassem na luta, Absaí Teixeira convocou homens voluntários para compor um grupamento disposto a defender o governo provisório e, na ocasião, o município contava com um quartel improvisado, onde realizavam treinamentos com cerca de cem homens, sendo trinta de Goiandira e o restante de Pires do Rio e Catalão. Em meados de julho de 1932, o prefeito Absaí Martins, juntamente com o oficial da polícia militar de Goiás, o Ten. Livertino Leão Sobrinho, que chegara a Goiandira para conduzir a companhia patriótica à Uberaba, partiram para se juntar a outro efetivo e ocuparem posições defensivas diante da ameaça paulista. De Uberaba, foram para missões de ocupação em Quitéria, Três Lagoas e, finalmente, a tomada de Ribeirão Preto, após a capitulação do Estado de São Paulo, no início de outubro de 1932. (ARAÚJO, 2000, p. 58).

Percebendo as inquietações provocadas pela Revolução constitucionalista, no dia seguinte ao encerramento dos conflitos houve eleições para a assembleia constituinte e o nome de Goiandira foi escrito na história do Brasil em função de sua participação nesse conflito que forçou Getúlio Vargas a modificar a linha de governo iniciada após a Revolução de 1930. O presidente do governo provisório era um político astuto e experiente e sabia que não seria possível a continuidade do seu governo se não atendesse aos clamores daquela sociedade que já estava cansada e descrente de mudanças, devido aos seguidos conflitos ocorridos nos governos da República Velha.

Do ponto de vista político, Goiandira tinha pouca expressão, pois mesmo depois dos quarenta e um anos depois da proclamação da república ainda era considerado um distrito de Catalão. Do ponto de vista econômico, essa pequena porção de terra adquiriu considerável expressão, principalmente com a construção da estrada de ferro, no início do século XX. Ademais, a organização administrativa de Catalão não considerava todo o município com igualdade, não olhava para os distritos de Goiandira e Cumari com a mesma atenção que dispensava à sede.

No que diz respeito à dificuldade na criação de grupos escolares, em Goiandira isso não se deu de forma diferente do restante do país. Apesar de surgir o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, no ano de 1934, ele funcionou por um longo período em locais improvisados, em

prédios alugados e só passou para sede própria após cinco anos de sua fundação, em 1939. O prédio definitivo foi construído após anos de luta, em parceria entre prefeitura e comunidade local. (INÁCIO, 1993, p. 51). Hoje, após 83 anos de sua criação, o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico ainda está em funcionamento.

No final da década de 1920, Amélia de Castro era proprietária de uma escola particular, mas assumiu o cargo de professora em uma escola no então Distrito de Goiandira, vinculada ao Estado, por meio de um decreto com data de 10 de abril de 1928. Conforme consta em um documento escrito pela Sra. Amélia de Castro, que traz a informação de que aquele Grupo Escolar não tinha mobiliário e material escolar pertencente ao Estado. A mobília que lá estava sendo utilizada e já estava bem usada, pertencia a Professora Amélia de Castro. Esta e outras declarações da professora Amélia mostram que, antes da revolução de 1930, a Educação não era prioridade no governo de Goiás.

O contexto político gerado pela revolução de 1930 propiciou a Goiandira a condição política necessária para lutar pela sua emancipação, visto que Catalão se beneficiava com a sua permanência como distrito. Documentos encontrados no Arquivo Histórico de Goiás mostram o esforço de algumas lideranças goiandirenses a fim de formar um só município, para isso, juntavam documentos necessários para o pedido de emancipação dos distritos de Cumari e Goiandira. Um abaixo-assinado que tinha por objetivo essa finalidade traz o seguinte fragmento de texto⁸:

Os abaixo assignados, representantes da maioria dos eleitores dos Districtos de Goyandira e Cumary, na firme persuasão de ter o último movimento militar que sacudio fortemente os alicerces de um regime de verdadeira moral, colocado na direção do Estado de Goyaz um espírito liberal, um character que symbolisa o direito em toda a sua plenitude, julgar ter chegado o momento de obterem a concretização de um velho ideal e para isto passam a expor o seguinte: Considerando que a extensa faixa de terra onde estão localizados os Distritos de Goyandira e Cumary, encerra uma população de quase vinte mil habitantes; que destes habitantes mais de quinhentos exercem o direito do voto; que a renda para os cofres federaes, estadoaes e municipaes garante a perfeita estabilidade de um município, sem oferecer o mais ínfimo receio de dificuldades financeiras; que as possibilidades dos dois Distritos ultrapassam as exigências determinadas pelas leis que regulam a criação de municípios no Estado; que o desmembramento desta parte não será causa eficiente a um abalo capaz de tornar insustentável o Município de Catalão, o qual continuará com uma renda suficiente para se manter, considerando finalmente ser esta aspiração bastante justa, conforme prova os documentos inclusos a esta representação, veem mui respeitosamente solicitar de V. Senhoria um decreto cujo effeito produzirá o desmembramento dos dois Distritos de Catalão, constituindo

⁸ Uma cópia deste documento encontra-se anexado no final deste trabalho.

assim um novo Município com sede em Goiandira. (ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS, DOCUMENTOS A VULSO, CAIXA DO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA).

Após colher assinaturas de diversos políticos locais, comerciantes, religiosos, autoridades civis, enfim, pessoas de prestígio, esse documento foi enviado ao interventor, o Dr. Pedro Ludovico. De posse e conhecimento do documento, o político liberou o Decreto n. 799, de 06 de março de 1931 e, posteriormente, em 06 de maio de 1931, fez-se a instalação do município, dando-lhe o nome de Goiandira, fazendo referência à estação ferroviária existente no local, por ser esta o símbolo do desenvolvimento da cidade. Para administrar o município recém-criado, foi nomeado ao cargo de prefeito o Sr. Absaí Teixeira, aliado de Dr. Pedro Ludovico desde a revolução de 1930.

Após a Revolução Constitucionalista, iniciou-se em 1933 a assembleia constituinte, que gerou a Constituição de 1934. Devido a acordos feitos com líderes políticos, Getúlio Vargas conseguiu, de maneira legítima, permanecer no governo e ser substituído de si mesmo. Seguindo os passos de Getúlio Vargas, Dr. Pedro Ludovico também fez semelhante manobra, elegendo-se indiretamente, contrariando seu companheiro Domingos Velasco, a quem havia dado esperança de ser seu substituído ao cargo de governador do Estado. No município de Goiandira, o prefeito Absaí Teixeira, que sempre demonstrou fidelidade a Dr. Pedro Ludovico, continuou no cargo até 1940. Após esse período, foi substituído, sucessivamente, por Idelfonso Telles, Jorge Salomão, José Ferreira de Carvalho, Gumercindo Natal, Joaquim Martins de Araújo, Olímpio Gonçalves de Araújo e Roque Alves de Melo. (ARAÚJO, 2000, p. 73).

Em 23 de janeiro de 1947, foram realizadas as eleições municipais, tendo como candidatos, de um lado, Sinfrônio Martins Teixeira, irmão do fundador da cidade, o senhor Absaí Martins Teixeira; e do outro o bacharel em Direito Dr. Francisco Ferreira de Andrade, paraibano radicado em Goiandira há muitos anos, tendo desempenhado importantes serviços na comunidade, inclusive o de prefeito interino e juiz na cidade. Sinfrônio Martins Teixeira era um rico fazendeiro, natural de Goiandira e por isso possuía apoio da maior parte dos eleitores, além do grande número de familiares. Porém, Francisco Ferreira contava com o apoio do governador Jerônimo Coimbra Bueno, eleito em 19 de janeiro de 1937.

Para contrapor a força de Sinfrônio Martins, o governador prometeu aos moradores do Distrito de Cumari a emancipação política. Essa estratégia foi exitosa, pois o Dr. Francisco obteve a maioria dos votos e foi eleito prefeito de Goiandira. Seu mandato foi bastante dinâmico e, graças à sua influência junto ao governo federal e estadual, conseguiu importantes

realizações para o município, tais como a construção do hospital-maternidade municipal, vinculado à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Goiandira, um parque de diversões e o Cine Teatro Educativo, que funcionava no prédio do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico. Também foi construído um posto de puericultura, onde os recém-nascidos de famílias pobres tinham assistência médica e recebiam leite gratuitamente. Dr. Francisco construiu a biblioteca pública municipal, criou o serviço de coleta de lixo e iniciou a Campanha Municipal de Educação Sanitária, com o objetivo de combater o bócio e difundir noções básicas de higiene e alimentação, além de serem feitas as distribuição de medicamentos e vermífugos para a comunidade (ARAÚJO, 2000).

Os primeiros vereadores eleitos foram Virgílio Vitorino, Acrísio de Farias, Lourival Evangelista, Alírio Mariano, José Abrão, Idunalvo Diniz e Macedo Nascimento e, segundo Araújo (2000, p. 93), “a primeira resolução aprovada pela Câmara dos vereadores isentava o município de pagar qualquer subsídio aos integrantes da edilidade”. A constituição estadual de 1947, em seu art. 8º, § 1º, criou a Comarca de Goiandira, cuja instalação se deu em 07 de março de 1948, cujo primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Adonides e o primeiro Promotor de Justiça foi o Dr. Darwin Rafael Antonio Montouro.

Ainda como resultados da Revolução de 1930, medidas como fechamento de instituições, inclusive de ensino, foram tomadas para garantir o domínio sobre as funções e, dessa forma, evitar possíveis levantes, assim como a garantia da implantação das regras do novo regime. Analisando documentos da época, podemos observar como a intervenção ocorreu em todo Estado, atingindo as instituições através do exercício do controle dos cargos públicos, conforme documento do prefeito de Goiandira, direcionado ao Interventor, com os seguintes dizeres:

Tendo sido, logo após o movimento revolucionário de outubro, fechadas as duas Escolas Estaduais do Distrito de Cumary, venho solicitar de V. Excia. Reabri-las novamente, nomeando para a cadeira de professora do sexo feminino, a Sra. D. Linda Nassif. Oportunamente indicarei o nome do professor que desejo seja nomeado. Necessário se torna essa medida de imprescindível urgência, não só pela grande falta de estabelecimentos de ensino neste município, como também devido o elevado número de crianças que se acham a mercê da ignorância, completamente analfabetas [...] (ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS, DOCUMENTOS A VULSO, CAIXA DO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA, 2017)

Considerando o conteúdo desses documentos, foi possível encontrar sinais da preocupação do prefeito do recém-criado município de Goiandira com a questão do combate ao analfabetismo que, inclusive, é uma característica comum ao governo federal e mostra a

unidade de todo o território nacional em promover o crescimento e desenvolvimento da nação, tendo como um dos pilares o investimento em Educação.

Na condição de município recém-emancipado, Goiandira não dispunha de muitos recursos financeiros, então, logo após sua instalação, começou a se pensar no investimento em educação no município, seguindo a diretriz do governo estadual. Como o governador/interventor não enviava recursos aos municípios, o governo municipal, juntamente com a comunidade, iniciou a construção de um prédio onde, mais tarde, seria instalado o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico. Depois de quase três anos de obras, em 28 de julho de 1934, com a presença do interventor federal no Estado de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, o prefeito Absaí Martins e outras autoridades, deu-se a instalação do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que iniciou suas atividades com 191 alunos matriculados em dois turnos, sob a direção da Professora Joaquina Fontenelle dos Santos.

Como já traçado, vimos que o surgimento de Goiandira e do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, hoje Escola Amélia de Castro Lima, ocorreu em um momento muito marcante da história do Brasil. A emancipação deu-se em 06 de maio de 1931, momento de profundas mudanças ocorridas no cenário nacional, impulsionadas pela revolução de 1930, época em que Getúlio Vargas, ao se tornar presidente do Brasil, após a revolução, buscou suscitar nos brasileiros um sentimento de nacionalismo e integração nacional. A construção desse sentimento era importante para que o novo governador pudesse colocar em prática outra parte do seu modo de administrar, que era a construção de uma unidade nacional e quebra de barreiras que faziam com que cada estado se sentisse separado um do outro.

Mas qual seria o papel da Educação nesse processo? Vimos que a escolarização do país ocorreu em larga escala, com o aumento da implantação dos grupos escolares e diminuição das escolas isoladas, visto que era necessário alcançar o máximo de pessoas no país, para que esse se tornasse apto ao desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse período, a ação dos meios de comunicação era mais tímida e menos abrangente, portanto, a escola surgiu como um importante meio de formação de opinião a ser usado para levar os ideais vanguardistas ao maior número de pessoas possível, além de preparar o país para a expansão do capitalismo, com a formação de mão de obra qualificada.

Outra importante transformação no campo educacional, que também estava em curso nesse momento histórico, foi a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação⁹. A criação do grupo escolar em Goiandira foi um reflexo dos ideais escolanovistas, que

⁹ Documento norteador de um novo modelo de educação criado na década de 1930 por um grupo de educadores denominados Pioneiros da Educação Nova. Movimento que visava alterar a sociedade brasileira por meio da modernização do sistema educacional, de modo que a mesma passasse a ser laica, gratuita, obrigatória e disponível ao alcance de todos os brasileiros.

obtiveram no contexto da revolução de 1930 condições para a expansão da educação laica e ao alcance de todos, em todas as partes do Brasil. Assim, o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico foi a primeira instituição escolar a funcionar em Goiandira, seguindo a tendência de implantação das “escolas reunidas”, representado, inclusive, a intenção do governo de Dr. Pedro Ludovico, alinhado com Getúlio Vargas, em promover a transformação da nação por meio da modernização da educação, acompanhando o crescimento da população urbana.

Um estudo feito a partir da análise de documentos encontrados no acervo da Secretaria Municipal de Educação revela que, já na década de 1920, havia escolas funcionando em Goiandira, sendo algumas de caráter formal (escolas municipais) e outras informais, como eram as dos chamados “Mestre Escola”. De acordo com Inácio (2006), o termo designava os professores que ministravam aulas aos filhos das famílias mais ricas e não passavam por supervisão de órgãos do governo e, por isso, eram mantidas pelas famílias dos alunos.

A emancipação de Goiandira ocorreu no momento em que as discussões sobre a educação estavam em pleno debate em nível nacional devido a divulgação do Manifesto dos Pioneiros. A necessidade de se ter uma escola com características modernas e que estivesse em conformidade com o espírito renovador proposto pelos Pioneiros da Educação Nova forçou Dr. Pedro Ludovico, juntamente com seus partidários nos municípios a se movimentarem a fim dar respostas a essa pressão que exigia mudanças na educação brasileira.

A criação desse grupo escolar em Goiandira está portanto, em consonância com a ideia de uma escolarização que ajude na construção do civismo, integração nacional e trabalhadores patriotas em todas as regiões do Brasil. Esse grupo escolar foi criado em 1934, e recebeu o nome de Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico. Todavia, é preciso lembrar que, o que chama a atenção não é o surgimento dos grupos escolares, pois desde a primeira década do século XX, os primeiros grupos escolares foram criados no Brasil, como já mencionado. O que houve de diferente foi o aumento da oferta da escolarização e a inclusão de alunos oriundos de famílias pobres, mesmo que em número insuficiente diante da alta demanda apresentada.

Em Goiandira, especificamente, a implantação do Grupo Escolar em questão ocorreu com a participação da comunidade e a construção do prédio se deu a partir do empenho da prefeitura e da população, visto que o governo autorizou a sua criação, mas não destinou os recursos para sua construção. Foram contratados alguns funcionários e, mesmo sem toda a mobília necessária, as aulas se iniciaram. Aliás, ao consultar os documentos desse espaço educacional, é notória a mudança ocorrida na comunidade em relação à quantidade de alunos atendidos. Analisando as atas encontradas no acervo da escola, é possível inferir que, mais

tarde, houve interesse por parte dos governos municipal e estadual em superar as dificuldades encontradas para efetivar o atendimento amplo às crianças.

Nos documentos emitidos nos períodos em que se iniciaram as atividades do referido grupo escolar, encontram-se registros que informam que chegaram a ser matriculados 298 crianças, sendo que muitas delas não tinham documentos de identificação. Mais uma vez, ratificamos que a instalação do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico ocorreu no momento em que acontecia uma mudança de paradigma com a divulgação e amplos debates sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento este que pregava um ensino laico e acessível a todos os brasileiros. O aumento no número de vagas ofertadas no decorrer desses dez primeiros anos de funcionamento do grupo demonstrou que as ações dos Pioneiros da Educação Nova surtiram efeito em todo o território brasileiro.

Dessa forma, em Goiandira, assim como em todo Estado de Goiás, o ensino passou a ser do alcance de mais pessoas e essa realidade mostrou que as ações do governo estadual buscava cumprir sua função de levar a modernidade aos municípios brasileiros e colaborar para a integração entre as Unidades de Federação, fortalecendo o sentimento de nacionalismo.

Apesar de sua existência, a estrutura do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico era ainda incompleta em relação aos recursos materiais e ao que se referia à estrutura administrativa. Chama a atenção o conteúdo do ofício n. 5, de 12 de junho de 1935, no qual a diretora pede o empréstimo e/ou orientações sobre a construção de documentos ordinários das escolas, tais como estatuto, nos seguintes termos:

No intuito de formar neste estabelecimento uma caixa escolar e tendo excelentes referências sobre a modelar organização congênere que mantém o conceituado estabelecimento a seu cargo, venho solicitar, si possível, empréstimo ou concessão dos seus estatutos ou mesmo alguns informes a respeito (OFÍCIO n° 5, de 12 de junho de 1935, disponível no Arquivo Histórico de Goiás, Documentos avulso, caixa do município de Goiandira)

Essa ação demonstra uma fragilidade do sistema educacional nesse período, pois essas orientações que a diretora do novo grupo escolar solicitou deveriam ser oferecidas pelos supervisores educacionais do Estado de Goiás e não de outro estado da federação. Acontece que, nesse período, Minas Gerais era uma referência em desenvolvimento por ter feito parte do eixo de governo Minas – São Paulo, que se alternavam no poder durante os longos anos da República Velha. Prova disso é criação implantação dos grupos escolares, que ocorreu nesse estado em 1906, doze anos antes que Goiás o fizesse.

Porém, se por um lado havia muitas fragilidades no sistema educacional goiano, por outro, havia grande esforço em acelerar o processo de desenvolvimento da rede educacional, pois esse processo já estava bastante avançado em outros estados. Sendo assim, no campo educacional, tivemos a construção de diversas escolas no município, pois apenas o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico não atendia a todas as crianças em idade escolar. Ademais, seguindo a tendência de crescimento iniciada em Goiandira, na década de 1940, devido à construção, à expansão das estradas de ferro e à construção de Goiânia, Goiandira também se desenvolveu bastante, porém alguns aspectos da velha política do coronelismo ainda continuavam fortes nos governos do estado e dos municípios. A exclusão social dos menos favorecidos era nítida, mas as autoridades da época pouco faziam para mudar essa situação. Na verdade, como verifica-se aqui nesta pesquisa sobre a fundação desses grupos escolares, concordamos com Nepomuceno:

restando apenas concluir que a educação desse período visou contribuir para intensificar a integração de Goiás ao Centro-Sul, já que buscou: o surgimento da *“verdadeira civilização do Oeste, paralela à civilização litorânea”*; *“criar no Brasil uma escola do trabalho e de atividade, rural”* que não fosse *“apenas um aparelho de alfabetização das massas”*, mas que fosse *“ativa”, “racional” e “científica”*. Tal educação deveria criar uma escola que formasse na criança do Brasil *“uma consciência cívica e trabalhista”* que fosse capaz de fornecer *“o alicerce de nossa produção e de satisfazer nossas necessidades”* (leia-se: as necessidades do capital); que fosse capaz de extinguir *“os resquícios de uma aristocracia falida”* e instaurar o reino da burguesia; *“que [engrandecesse] as atividades da lavoura, da pecuária e da oficina”*, enfim que preparasse um exército de trabalho para o bem do capital e **não** para o bem da Nação como pretendeu fazer crer o Ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema. (NEPOMUCENO, 2000, p. 10)

Assim, o caso do grupo escolar Dr. Pedro Ludovico exemplifica como a educação foi pensada como um fim para se formar bons trabalhadores e moldar mentes e não para de fato criar condições de superação da desigualdade. O desenvolvimento populacional de Goiandira não foi acompanhado de aumento de investimento na educação. Os principais motivos da euforia política nas décadas de 1930 e 1940 em Goiandira foram a elevação à categoria de município - conquistada após a revolução de 1930 e a construção das estradas de ferro.

Porém, nenhum desses fatos alterou significativamente o desenvolvimento da educação em Goiandira. A quantidade de crianças fora da escola ainda era enorme e aquelas que conseguiam acesso só podiam cursar o primário, pois devido a falta de professores não havia nenhuma escola que oferecesse o ginásio.

No tópico a seguir veremos como a realidade no setor educacional em Goiandira se alterou com a atuação da igreja na educação. Mostraremos que a presença dos religiosos americanos trouxe

novos horizontes para a cidade, mas também causou um fenômeno novo naquela sociedade, onde a educação se tornou instrumento de divisão de classes e exclusão social.

3.1 A criação da Escola Santa Maria Goretti em Goiandira: a representação da divisão das classes sociais

O envolvimento de religiosos em ações que comumente seriam de responsabilidade dos governantes não é novidade, pois em todos os períodos da história do Brasil há relatos de disputas por espaços nos diversos setores da sociedade, envolvendo a Igreja Católica. Sendo assim, especificamente nesse momento, faremos essa discussão com a intenção de mostrar como a ação da Igreja Católica no centro-oeste brasileiro influenciou positivamente no desenvolvimento da educação em Goiás e em Goiandira, mudando as características da sociedade goiandirense da época, moldando-a no formato que tem hoje.

Como é sabido, o desenvolvimento no setor educacional em Goiás, mesmo depois da revolução de 1930, continuou lento. Dessa forma, o atraso em relação a estados como Minas Gerais e São Paulo ainda perduraria por longos anos. De acordo com Bretas (1991, p. 576): “De 1930 até 1935, no governo revolucionário, o crescimento da rede primária, e no secundário, foi, pode-se dizer, vegetativo, isto é, não houve crescimento extraordinário para se dizer que a mudança de regime foi benéfica para o ensino”. (BRETAS, 1991, p. 576, apud BARROS, 2016, p. 120 – 121).

No município de Goiandira, no início da década de 1940, a realidade não foi diferente do restante do Estado de Goiás. Embora já emancipado de Catalão, o município ainda vivenciava uma situação de atraso profundo em relação ao processo educacional de suas crianças e havia apenas uma escola pública, o Grupo Escolar Pedro Ludovico, que oferecia apenas o ensino fundamental I ou, como era nomeado na década de 1940, Ensino primário, além de algumas escolas isoladas localizadas na zona rural, o que era insuficiente para atender toda a demanda existente no município, que ainda era anexado ao distrito de Nova Aurora.

De acordo com um dos documentos enviados a Pedro Ludovico, anexados ao pedido de emancipação, em 1931, Goiandira já possuía mais de 9.000 habitantes. Esse documento trazia o seguinte teor:

Recebi agora de manhã a sua carta pedindo uma certidão provando que a população de Guyandira e Cumary é superior á 5.000 almas. Procurei imediatamente o Alvaro Paranhos e este me declarou não poder certificar porque não tem autorização de seu superior Dr. Bulhões Carvalho. No entanto mostrou-me dados seguros em que prova ser a população de

Goyandira de 9676 almas e Cumary 9.657, tendo cada um desses districtos respectivamente 1.935 e 1.931 prédios. Carta com data de 1931. (ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÂNIA).

Essa alta demanda por educação apresentada pelo município de Goiandira também pode ser comprovada através de uma citação de Wyse (1989), feita por Souza (2017), que relata trechos de uma carta escrita por Frei Paulo, endereçada à Província em Nova Iorque, durante uma passagem por Goiandira, na década de 1940. Sobre essa visita de Frei Paulo a Goiandira, Wyse diz que:

O interesse do Comissário baseou-se não nas necessidades espirituais do lugar, mas também num prognóstico um tanto otimista demais, que seria desmentido pelo futuro desfecho dos fatos. Impressionado com as possibilidades mais com as possibilidades do que com as realidades, Frei Paulo previa que Goiandira – cidade cruzada por duas linhas férreas, a Estrada de Ferro de Goiás e a Rede Mineira de Viação – haveria de ser, um dia, grande metrópole e centro de comércio e de negócios. Se, na época, a cidade contava apenas com 2.000 habitantes, no município, todavia havia mais de 20.000 habitantes. (WYSE, 1989, p. 116, apud SOUZA, 2017, p. 40).

Vê-se que os Frades Franciscanos, logo que se fixavam em alguma localidade, buscavam identificar as necessidades daquela comunidade. Goiandira, naquele momento histórico, chamava a atenção pelo grande número de crianças sem acesso à escola, uma vez que só era oferecido o ensino primário e suas vagas eram insuficientes para atender à quantidade de crianças em idade escolar existentes no município. De acordo com Inácio (2005, p. 74), citada por Souza (2017, p. 38): “Na década de 1950, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, demonstram que o índice de analfabetismo em Goiandira, entre as crianças de 5 a 9 anos era de 58%, no geral (zona urbana e rural)”.

Nesse contexto, a partir das informações de Inácio (2005), é possível inferir que as políticas educacionais do Estado de Goiás não chegavam a impactar no interior, pois em 1950, ou seja, dezenove anos após a Revolução de 1931, ainda havia um percentual de analfabetos de 58% das crianças de 5 a 9 anos em Goiandira. Logo, a maneira como o setor educacional vinha sendo tratado em Goiandira não era condizente com a tendência de desenvolvimento propiciado pela construção da rede ferroviária que ligou a cidade a outros municípios e estados, principalmente Minas Gerais e São Paulo, tornando esta localidade mais movimentada e susceptível ao crescimento. Barros (2016, p. 91) reforça a ideia de que as cidades localizadas próximas às estradas de ferro se desenvolveram ao dizer que: “nas regiões

beneficiadas por ferrovias e estradas, a comunicação, o comércio e os negócios eram facilitados, principalmente com estados vizinhos a Goiás”.

Observando esse quadro, confirmamos que a realidade no setor educacional em Goiandira permaneceu a mesma, sem grandes alterações, até a década de 1940, quando contava apenas com o Grupo Escolar Pedro Ludovico e um grande número de possíveis alunos estavam fora da escola. Uma ata desse Grupo Escolar, com data de 02 de maio de 1935, endereçada ao Diretor Geral do Interior, traz o seguinte teor:

Incluso, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o boletim mensal deste estabelecimento, relativo ao mês de abril p. p., levando-lhe outrossim ao conhecimento, que a matrícula no corrente ano ascendeu a cifra de 151 alunos, cuja relação, ainda lhe não foi remetida, por estar ainda a ser regularizada a situação do vários alunos que requereram prazo para apresentar a certidão de idade”. (Ofício nº 04 de 02 de maio de 1935) Fonte: Arquivo da Escola Estadual Amélia de Castro Lima.

Esse cenário só mudou graças à influência dos religiosos no setor educacional, especialmente o Arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira, que tinha forte interesse em envolver-se em questões educacionais. Ao falar sobre a importância do Arcebispo Dom Emanuel na educação em Goiás, Barros (2016, p. 121) cita Menezes (2001, p. 09), que diz:

[...] Diante da massa populacional inculta no sertão goiano, compreendeu que pouco poderia fazer pela religião se não priorizasse, nas suas ações, o instruir e o educar. Destarte, a organização dos trabalhos pastorais mostrou que a instrução primária e secundária era, na prática, inexistente no estado e mesclou a política religiosa com cores, pode-se dizer, predominantemente educativas; ele criou e sustentou as Escolas Paroquias. Foram elas, sem contestação, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, as maiores responsáveis pela diminuição do analfabetismo em Goiás. (MENEZES, 2001, p. 09, apud BARROS, 2016, p. 121).

Vale mencionar que o projeto inicial dos franciscanos era de estender suas missões a apenas algumas cidades em Goiás, de modo que Goiandira não era uma delas, inicialmente pensada apenas como ponto de fixação dos franciscanos vindos dos Estados Unidos. No entanto, o projeto iniciou-se com a visita casual de um dos frades, Frei Paulo, por ocasião de uma viagem de trem, que fez parada em Goiandira e propiciou esse primeiro contato com município, que somava apenas dezessete anos de emancipação.

No quadro abaixo, vemos algumas instituições que foram administradas pela ordem franciscana em Goiás, bem como o ano de suas respectivas fundações.

Quadro 1 - Instituições mantidas pelos franciscanos: ano de criação e localidade

Instituições escolares mantidas pelos franciscanos: localidade e ano de criação		
Cidade	Instituição Escolar	Fundação
Anápolis	Escola primária, Ginásio São Francisco, Curso Normal	1945/1946/1948
Araguacema	Escola Primária, Ginásio e Normal	1960/1962/ 1968/1969
Brasília	Escola Primária, Ginásio	1961
Catalão	Ginásio e Escola Primária	1944/1949
Ceres	Escola Primária, Ginásio e Normal	1947/1950 1951/1952
Cristalândia	Escola Primária, Ginásio e Normal	1957/1958 1959/1964
Goiandira	Escola Primária Santa Maria Goretti e Ginásio Dom Emanuel	1948/1950/1952
Pires do Rio	Escola Primária, Ginásio e Normal	1946/1949
Porangatu	Escola Primária, Escola Primária Noturna e Ginásio	1958/1959/1967
São Miguel do Araguaia	Escola Primária	1962/1971

Fonte: Barros (2016, p. 127).

De acordo com Barros (2016), as diferentes datas contidas no quadro acima se referem aos diferentes eventos ocorridos nas escolas e são citadas devido ao fato de que, pela falta de estrutura física encontrada nas cidades e ao caráter emergencial da atuação das missões franciscanas, essas instituições foram criadas e instaladas em locais improvisados e depois reinauguradas em locais definitivos. Assim como ocorreu em outros municípios de Goiás, em Goiandira os franciscanos tiveram muitas dificuldades em encontrar prédios adequados para o funcionamento da instituição escolar que pretendiam instalar, tendo, inicialmente, que ocupar um prédio alugado e, só depois, em 1950, foi inaugurado o prédio próprio.

Para conduzir os trabalhos missionários em Goiandira, os religiosos convidaram as Irmãs Franciscanas de Allegany para exercerem a função de administração escolar, as quais, ao chegarem em Goiandira, encontraram um grande número de crianças para serem atendidas, além de grandes dificuldades com relação a recursos financeiros e falta de docentes para conduzir os trabalhos pedagógicos. De acordo com Souza (2017, p. 44): “As Irmãs de Allegany tinham como estratégia de administração escolar, em lugares onde eram escassos os docentes com formação oficial, convidar meninas-moças ainda estudantes, ou tendo recém concluído o ensino ginasial, para serem professoras no ensino primário”.

Analisando o perfil das professoras constante na citação acima, é possível perceber que os baixos níveis de desenvolvimento da educação em Goiandira eram estruturais, ocasionados pela inércia dos governantes daquele período. A falta de professores, informação trazida por Souza (2017), evidencia a falta de políticas públicas educacionais com a finalidade

de resolver esses problemas, como a criação de escolas de formação de professores. Nesse sentido, entendemos que os ideais desenvolvimentistas pregados pelo Estado não chegaram a ser colocados em prática, uma vez que, mesmo com seus dezessete anos de emancipação, Goiandira ainda não tinha nenhuma escola ginásial. Diante dessa realidade, aqueles jovens que desejassem continuar a estudar, teriam que sair da cidade e ir para outro município que oferecesse esse nível de ensino.

Mas, por outro lado, a chegada dos Frades Franciscanos em Goiás, devido a intervenção do Arcebispo Dom Emanuel, possibilitou que ocorresse em Goiandira uma mudança nas bases da educação. Essa presença religiosa forte e atuante, tanto na área social quanto na área espiritual, levou o município a se desenvolver no âmbito educacional sob diferentes aspectos. Inclusive, nesse período, a ausência de outras escolas, além do Grupo Escolar Pedro Ludovico, mostrava que havia na comunidade um estado de conformidade com a miséria intelectual que teimava em persistir, mesmo depois da alternância de governos e realidade administrativa, como ocorreu com a independência política alcançada com a emancipação.

Ainda no que diz respeito à chegada das Irmãs Franciscanas de Allegany, juntamente com os Frades Franciscanos, todos vindos dos Estados Unidos, essa ação trouxe novas perspectivas de vida às crianças goiandirenses, não só na educação, mas também no sentido religioso e espiritual, porque, ainda que a meta dos religiosos brasileiros fosse a ampliação das missões religiosas, a maneira escolhida para alcançar os fieis e o consequente aumento da quantidade de adeptos foi a evangelização através da educação. Esse trabalho só foi possível mediante a celebração de convênio com entidades filantrópicas, abrindo a possibilidade da implantação de escolas dirigidas pelos religiosos católicos em diferentes níveis de ensino, inclusive de formação de professores. Foi nesse contexto que se deu a criação da Escola Santa Maria Goretti e Goiandira passou a contar com duas escolas primárias, com acréscimo do Ensino ginásial. O surgimento dessa nova instituição educacional trouxe a possibilidade de um aumento na quantidade de alunos atendidos, além de ampliar o nível de ensino, passando agora a oferecer o ensino primário e o ginásial.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a presença dos religiosos católicos frente à nova instituição educacional implantada em Goiandira significava uma evolução no sistema de ensino municipal, também causava mudanças profundas na composição social da cidade, intensificando consideravelmente a divisão de classes nessa comunidade. De início, como havia somente uma instituição de ensino, o Grupo Escolar Pedro Ludovico, havia matrículas de alunos filhos de famílias de diferentes setores da sociedade goiandirenses, isto é, os filhos

dos comerciantes, ferroviários e fazendeiros estudavam no mesmo espaço que era frequentado pelos filhos de pequenos agricultores, operários e peões de fazenda.

Após o surgimento da Escola Santa Maria Goretti, que se mantinha pela subvenção paga pelo Governo do Estado de Goiás mais cobrança de mensalidades, apenas alguns alunos eram beneficiados com bolsa de estudo, e aqueles que não pudessem pagar, também não poderiam estudar. Sendo assim, a cobrança de mensalidade exerceu, naquele momento, uma função de peneira, separando aquelas pessoas que tinham poder aquisitivo suficiente para financiar a permanência de seus filhos em uma instituição que fazia cobrança de mensalidade, daquelas que nada podiam pagar.

Em termos religiosos, o surgimento de uma missão de católicos americanos na coordenação de um nível de ensino inovador provocou, também, um fortalecimento no segmento cristão em Goiandira. Mas também, conforme dito anteriormente, a iniciativa da Igreja Católica de ocupar novos espaços a partir da evangelização causou mudanças importantes no setor educacional. O desdobramento mais importante ocorreu na década de 1950, quando os maçons, descontentes com a forma como seus filhos eram tratados na Escola Santa Maria Goretti, resolvem criar a sua própria escola, amparados pela mesma lei que permitiu a criação da instituição católica. Souza (2017) traz em sua dissertação uma entrevista com membro da Maçonaria, que trata dos supostos motivos dos maçons para a criação do Externato São João da Escócia:

[...] Em conversa com um maçom, eu procurei esclarecer o motivo, qual o interesse da Loja Maçônica Asilo da Virtude em construir uma escola em Goiandira. [...] ele me disse de acordo com o que soube de terceiros e viu em atas, a Loja Maçônica construiu uma escola, porque “os filhos dos maçons não eram bem-vindos na escola da Ordem Franciscana”. (SOUZA, 2017, p. 41).

A escola coordenada pela Maçonaria foi fundada em 15 de março de 1955, e recebeu o nome de Externato São João da Escócia e, assim como as duas outras já existentes, oferecia o ensino primário. O surgimento dessa nova escola em Goiandira deixou evidente o descaso do poder público em relação à educação em Goiás, uma vez que, durante décadas, a cidade contou com apenas uma escola, com cinco salas de aula. No entanto, mesmo depois da criação da Escola Santa Maria Goretti, ainda havia demanda para mais um espaço educacional. Mesmo assim, naquele período, funcionaram em Goiandira apenas o Externato São João da Escócia, o Grupo Escolar Pedro Ludovico e a Escola Santa Maria Goretti, além das escolas rurais que continuaram a existir naquele período.

A loja, obedecendo aos princípios maçônicos de se investir na formação do homem, desde cedo preocupou-se com o aspecto cultural e educacional das crianças de Goiandira. A preocupação transformou-se em interesse e este em ação concreta. Depois de um enorme sacrifício dos irmãos daquela época, foi construída a escola que passou a se chamar Externato São João da Escócia, com data de fundação em 15/03/1955, sendo venerável na época Wilson Alves Porto. (GOIANDIRA. Loja Maçônica Asilo da Virtude 1132, 2018).

Apesar do surgimento dessa aparente disputa entre católicos e maçons, a comunidade acabou se beneficiando, pois o município passou a contar com três escolas, todas oferecendo o ensino primário. Porém, houve uma estratificação social, tendo em vista que as crianças pobres ficaram em um espaço separado pela realidade social, pois sendo as escolas católica e maçônica de ordem particular, conseqüentemente, eram frequentadas somente por crianças que tinham condições financeiras que permitiam pagar as mensalidades, com exceção daquelas que eram contempladas por bolsas.

Estruturalmente, as instalações das escolas particulares contavam com salas de aula amplas, auditório com palco para apresentações teatrais, pátio com área de lazer para as crianças, cozinha ampliada, enfim, uma arquitetura moderna, capaz de oferecer melhores condições de aprendizagem e que se destacava bastante em relação ao modelo de grupo escolar que ali havia. Do ponto de vista pedagógico, o ensino também chamava a atenção, já que o exercício do magistério era praticado de maneira compartilhada entre as freiras americanas e as professoras leigas, muitas delas formadas dentro da própria escola, convidadas para exercer o magistério após terem concluído o ginásio.

Nessa perspectiva, reforçamos que, se por um lado, a criação de mais duas escolas que ofereciam o ensino primário representou uma ampliação no número de vagas nesse nível de ensino; por outro, causou a separação clara de espaços de classes sociais, onde a Escola Santa Maria Goretti e o Externato São João da Escócia eram os espaços dos ricos e o Grupo Escolar Pedro Ludovico era o lugar dos pobres.

Enfim, a evolução do setor educacional em Goiandira, desde a Revolução de 1930, mostra como a omissão do governo de Goiás cedeu espaço para que a iniciativa privada ocupasse os espaços e construíssem um modelo de escola excludente, em que as escolas dirigidas pela Igreja Católica e Maçonaria são mantidas com condições de funcionamento muito mais favoráveis que o Grupo Escolar Pedro Ludovico.

Ainda que se verifique que a Igreja Católica veio para ganhar espaço na comunidade e ampliar os seus domínios, tanto no campo religioso quanto no educacional, não poderíamos

deixar de reconhecer sua importância para o desenvolvimento da educação, pois o estado, naquele momento histórico, não demonstrava interesse em fazer investimento na educação. Aliás, muito mais que um movimento que visava expandir seu campo de atuação adentrando o interior do Brasil, a Igreja Católica reproduziu em Goiandira o movimento reacionário que lutava contra os preceitos defendidos pelos escolanovistas, cuja principal bandeira era a laicização do ensino, em curso em todo Brasil.

Saviani (2011, p. 257) deixa claras as pretensões dos líderes católicos quando diz que:

[...] No início dos anos de 1930, a principal bandeira de luta dos católicos na frente educacional foi o combate à laicização do ensino. Conforme o entendimento do Padre Leonel da Franca, religião e pedagogia caracterizam-se por uma relação indissolúvel: “Se a educação não pode deixar de ser religiosa, a escola leiga, que por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar”.

Então, foi justamente na década de 1930, que o Cardeal Dom Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, enviou carta a todos os arcebispos e bispos do Brasil, apoiando a criação de Universidades Católicas, com a finalidade de formar intelectuais dentro dos preceitos dessa doutrina. Nesse contexto, o movimento católico encontra em Goiás um campo fértil para colocar em prática as suas pretensões, pois o governo de Pedro Ludovico era alinhado com as diretrizes dadas por Getúlio Vargas que, por sua vez, buscava apoio para a sua permanência no poder e, por esse motivo, dava bastante abertura para o movimento católico se estruturar em todo o país.

Assim, analisar o contexto político de Goiandira, permitiu-nos ver, de maneira global, como se deram os principais fatos ocorridos no Brasil e em Goiás referente à educação. Foi possível perceber que o projeto de nacionalização de Getúlio Vargas que visava promover o desenvolvimento da nação se configurou em um projeto de manutenção no poder. Compreendeu-se que esse governo agiu de forma estratégica exercendo aplicando uma política que tentava conciliar interesses de segmentos importantes da sociedade como a Igreja Católica e movimento operário e forças políticas nos estados, com a finalidade de se manter no poder.

Percebemos ao longo do trabalho que, na realidade, a situação real das pessoas não mudou. As oligarquias continuaram a existir, mudando apenas os núcleos de poder e os líderes que exerciam o comando da política nas regiões, principalmente com o movimento de interiorização do país – a marcha para o oeste.

Os investimentos feitos na educação foram insuficientes para mudar a situação referente a educação no Brasil e em Goiás, muitas crianças continuaram fora da escola e somente décadas depois é que essa realidade começou a mudar, a partir do aumento do número de escolas normais que começou a formar professores para atuar em diferentes níveis da educação. Esse fato não significou a resolução de problemas graves na educação brasileira, como a falta de investimentos, falta de vagas e, principalmente a exclusão social, onde as políticas educacionais ainda são pensadas e elaboradas para beneficiar uma minoria de pessoas pertencentes as classes altas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita dessa dissertação se deu num momento social e político conturbado da nossa história. Vivemos agitações políticas e retrocessos que atingem a educação diretamente. Usada como instrumento de pressão política, a educação vem sendo atacada e muitos avanços conquistados foram retirados. Assim, a educação continua como importante forma de manutenção dos interesses e projetos. Através dessa pesquisa foi possível verificar quais mudanças ocorreram no campo político e educacional, bem como analisar como são indissociáveis as atuações no campo político e as mudanças na realidade da vida da sociedade e dos cidadãos.

O maior envolvimento no estudo da história política do Brasil, Goiás e Goiandira contribuiu muito para que eu, enquanto pedagogo me tornasse um profissional mais consciente e preparado para a atuação pedagógica, pois é essencial para qualquer profissional que atue em sala de aula conhecer os processos políticos através dos quais ocorre as articulações e criações de políticas de governo, especialmente as políticas educacionais, que afetam diretamente a vida dos servidores da educação, dos alunos e da sociedade em geral.

O enfraquecimento das oligarquias agrárias fez com que ascendessem novos núcleos de poder no Brasil, especialmente as indústrias, o comércio e conseqüentemente o aumento da quantidade de profissionais liberais que passaram a atuar no país.

O processo histórico que se deu no início do século XX e a consolidação da República e a transição para o capitalismo aprofundou a crise que desencadeou a Revolução de 1930. Esse movimento envolveu diferentes setores da sociedade da época, e ocasionalmente encontrou em Getúlio Vargas uma liderança em torno da qual houve uma convergência de interesse dos líderes políticos da época. Endossado pelos militares dá-se início a um novo tempo na política brasileira. Um período que ficará marcado por mudanças estruturais como o aumento dos investimentos de capital estrangeiros e o êxodo rural. Um profundo processo de transformações e agitações sociais, políticas e econômicas, num regime autoritário que só terá o seu fim após a Segunda Guerra Mundial em 1945.

A chamada Era Vargas, que teoricamente seria um breve período, apenas para fazer a transição para um novo governo, acabou se estendendo. A permanência de Getúlio a frente da presidência do Brasil durou quinze anos. Getúlio se aproveitou do clima de entusiasmo representado pelos ideais de transformação política que pairava no país naquele período e governou através de ações conciliadoras com requintes de autoritarismo.

Nesta pesquisa, constatamos que ora guiado por projetos de governo, ora por pressões de segmentos sociais, interesses políticos e econômicos, o governo de Getúlio possibilitou o desenvolvimento de ações que provocaram mudanças que deram ao país uma nova configuração. Com o discurso de que era necessário interiorizar e ocupar o Brasil esse governo construiu novas estradas e autorizou a criação de novos municípios. Carregado de interesses políticos esse movimento de interiorização repercutiu em todo território brasileiro.

Em Goiás, graças a intervenção decretada pelo governo federal, Pedro Ludovico reproduz a tendência do governo federal e colocando em prática algumas ações já executadas por Getúlio, especialmente aquelas que visam a permanência no poder através da desarticulação dos núcleos de poder de grupos políticos adversários. A ação mais simbólica que mostra esse intuito foi a mudança da capital do Estado ocorrida em 1935, mesmo com a forte oposição dos adversários políticos de Ludovico. Aproveitando o momento político e a mudança de lideranças em todo o território brasileiro, os representantes de Ludovico em Goiandira, Liderados por Absaí Martins Teixeira encontraram condições ideais para realizarem a emancipação do município, que ocorreu em 1931.

Entendemos aqui que compreender a educação e seus caminhos é principalmente perceber a escola como uma agente de mudanças, que pode contribuir com a formação de pessoas mais esclarecidas, críticas e autônomas. Podemos perceber ao longo da pesquisa que a educação é fundamental para entender questões sobre o país e seus problemas. Assim, buscamos também nesse trabalho verificar como se desenvolveu o sistema educacional brasileiro no período conhecido como a “Era Vargas”. Mostramos como o movimento da “Escola Nova” chegou ao Brasil e como influenciou na política educacional daquele período através das ações de alguns de seus idealizadores, tais como Anísio Teixeira, Francisco Campos, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros. Esses intelectuais promoveram mudanças em seus Estados que influenciaram os rumos da educação e reformas nos sistemas educacionais.

Percebemos que a precariedade do ensino no Brasil era ponte em comum em todas as regiões do Brasil no período estudado. Herança da política educacional colonial e do Império, a educação estava em segundo plano e quase inexistente para boa parte da população. Em Goiás, as ações políticas no setor educacional eram quase inexistentes. Não existia de fato uma “política educacional”. Na maioria dos municípios as poucas escolas existentes ofereciam apenas o ensino primário. A falta de professores era um problema comum e em muitos locais, especialmente na zona rural o ensino das crianças era exercido pelo mestre escola.

A disputa pelo espaço de atuação no setor educacional entre a Igreja Católica e os defensores do escolanovismo promoveu mudanças na educação brasileira. Buscando aglutinar força política, Getúlio Vargas fez concessões para a atuação dos católicos na educação brasileira que provocaram mudanças significativas em vários estados, como Goiás, por exemplo, onde a atuação católica no setor educacional propiciou a criação de várias escolas de formação de professores em vários municípios goianos.

Assim, o processo histórico vivido no país na direção de um novo sistema econômico e político após a revolução de 30 com base numa sociedade industrial, trouxe também a necessidade de uma educação que corroborasse com esse ideal de integração nacional, estabelecimento de uma organização e ordem, além de um projeto de escolarização para formação de mão de obra. Vale dizer que foi na década de 40, ainda no governo Vargas, a justificativa de que existia uma incapacidade do Estado em realizar serviços de qualificação profissional e que a criação do Sistema S de ensino (SENAI, SESI, SENAC E SESC) ajudaria na política de trabalho e formação dos trabalhadores. Logo o discurso foi que era preciso uma escola nova, para combater o atraso e trazer a “modernização”. Para tal, era fundamental a integração da federação com um projeto de interiorização e educação em todos os cantos do país. Foi nesse contexto que surgiu o grupo escolar Dr. Pedro Ludovico em 1934 em Goiandira.

Além disso, constatamos a presença dos religiosos franciscanos que foi importante no processo de desenvolvimento da educação em Goiás, uma vez que durante décadas eles atuaram em vários municípios goianos inaugurando escolas de formação de professores e de ensino primário, ginásial e secundário. Com o discurso de que era necessário educar as crianças dentro dos princípios católicos para que as mesmas se tornassem mais receptivas aos ensinamentos religiosos os frades estabeleceram-se em vários municípios goianos, inclusive em Goiandira.

Por fim, acreditamos que compreender o contexto da inauguração do grupo escolar, atualmente Escola Estadual Amélia de Castro Lima - depois da emancipação do município – demonstra como esta escola faz parte de um contexto mais amplo, à saber, um grande projeto de educação nacional em consonância com um modelo de escola que visava o processo de nacionalização e interiorização do país durante o governo de Getúlio Vargas. Assim, mais uma vez a educação se mostrou *locus* privilegiado para ações e interesses políticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. As festas de inauguração dos grupos escolares como veículo de difusão da modernidade a instrução pública. **Caderno do estudante São Cristóvão**. SE v. 5, n. 4, p. 64-69, 2006.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. Grupos escolares em Mato Grosso: modernização do ensino primário no início do século XX. **Busca e movimento**: revista do Departamento de Educação da UFMT/Rondonópolis, MT, v. 4, n. 4, p. 45-64, 2000.

_____. **Ensino de leitura e grupos escolares**: Mato Grosso 1910-1930. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

AMORIN, Hananiel de Souza. A implantação dos Grupos Escolares no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Saberes**. Natal, v.1, n.12, p. 208-224, set. 2015.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Grupos escolares em Minas Gerais: um estudo de caráter regional e demográfico sobre a Primeira República. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, MG, v. 11, n. 2, p. 449-478, 2012.

_____; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloeber Tarsio de (Org.). **Grupos escolares na modernidade mineira**: Triângulo e Alto Paranaíba. Campinas: Alínea, 2012.

ARAÚJO, Vivaldo Jose de. **História da Terra Branca e outras coisas**. Goiânia: Kelps, 2000.

BARBOSA, Deuzenir Dias Fernandes. **Uma semente para o futuro**: os clubes agrícolas escolares e a formação de mentalidades ruralistas (Goiás, 1930 – 1960). 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

BARROS, Aparecida Maria Almeida. **No altar e na sala de aula**: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1933), 2016. 465 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BENCINI, Roberta. Memória viva da educação para explicar o passado, presente e o futuro da escola no Brasil a partir da década de 1930: quatro mulheres que escolheram o magistério como carreira, contam seus desafios realizações e sonhos. **Nova escola**. São Paulo, v. 20, n. 186, p. 45-43, 2005.

BENCOSTTA, Marcos Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STHEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, v.3, p. 398-410, 2005.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. Documento – O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas. **História da Educação**. Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 170 - 180, jan./abr. 2011.

BITENCOURT, Paulo Raphael Siqueira. **A pergunta que ensina: um livro didático de História do Brasil para os exames de admissão (1954 – 1971)**, 2015.156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BRETAS, Genesco. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

CANEZIN, Maria Teresa; LOUREIRO, Walderêz Nunes. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1.946. Dispõe sobre a adaptação dos serviços do ensino normal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, à Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan.1946 - Seção 1, p. 396.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9662-censo-demografico-010.html?edicao=9753&t=resultados>>. Acesso em: 20 nov.2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil, 1908**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**. v. 34, n. 2, p.157-168, 2012.

CHAUD, Antonio Miguel Jorge. **Memorial do Catalão**. Goiânia: Editora do autor, 2000.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CARONE, Edgard. **A república velha II: evolução política (1889 – 1930)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

DALLADRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185–191, mai./ago. 2009.

_____. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. 2010. 312 fl. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DURÃES, Sarah Jane Alves. Os grupos escolares mineiros como lugar de disciplina e higienização dos corpos. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, MG, n. 7, p. 303-324, 2008.

ESCOLA NORMAL. **O Democrata**. Goiás, 28 set. 1929. n. 627, p.1.

FREITAS, Eliane Martins de. **O significado da justiça, violência e aplicação da lei em Goiás – 1890/1941**. 2005. 239 fl. Dissertação (Mestrado em...). Franca: UNESP, 2005.

FILHO, Celeste. Intelectuais brasileiros em disputa pela Escola Nova na década de 1930. **Historia y espacio**. p. 75, 2013.

FILHO, Manoel Bergstrom Lourenço. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 8. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CPDOC. **Liga Eleitoral Católica**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-eleitoral-catolica-lec>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

GIL, Natália; CALDEIRA, Sandra. Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e Sociedade**. Porto Alegre, n.1, p.166-181, nov. 2011.

GOIANDIRA. Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira. **Ofício n. 4**. 02 de mai. 1935.

_____. Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira. **Ofício n. 5**. 12 de jun. 1935.

_____. **Loja Maçônica Asilo da Virtude 1132**. 2018. Disponível em: <<http://www.masonic.com.br/lojas/1132.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

GOMES, Luís Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

GONÇALVES, Arlene da Silva. Os grupos escolares no contexto da política educacional mato-grossense: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910-1950). **Intermeio**: revista do Mestrado em Educação Campo Grande, MS, v. 16, n. 31, p. 59-84, 2010.

_____. **Cultura escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais: (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica: FUMEC, 2006. 196p.

GOIÁS. Lei n. 13 de 23/07/1835. **Coletânea de Leis da Província de Goiás – 1835**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

_____. **Correio Oficial**, 31 ago.1933. n. 2.550, p. 30

INÁCIO, Fátima Pacheco Santana de. O Mestre-escola: cultura, saberes escolares e as transformações das práticas pedagógicas (Goiás 1930-1964). **Linguagem, Educação e Sociedade**. Teresina, v. 1, p. 85-104, jan./jun. 2006.

_____. Ausência/permanência do mestre-escola no processo de escolarização do sudeste goiano. **Póiesis Pedagógica**. Catalão, v. 9, n. 2, p. 60-77, ago./2011.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, em carisma, uma história**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEPOMUCENO, Maria Araújo de. **A ilusão pedagógica: 1930 – 1945: estado, sociedade e educação em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

NEPOMUCENO, Maria Araújo de. A política educacional do Governo de Goiás: 1930 – 1945, Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Educação. UFMG. 2000. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/102_maria_araujo.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2018.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; CANESIN, Maria Teresa. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas décadas de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 13, p. 97-120, 2007.

OLIVEIRA, Estevão de. O olhar comparativo e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 22, p. 17-42, 2010.

PALMA FILHO, João Cardoso (Org.). Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação: História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP; 2005 – p. 61- 74.

PASSOS, Alexandra do Nascimento; ZUNZARREN, Carime. Escultura: interação educativa e desenvolvimento local. *Revista Lugares de Educação [RLE]*, Bananeiras – PB, v. 6, n. 12, p. 24 – 41, jan. – jul., 2016. Issn 2237-1451. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>> Acesso em: 05 de maio de 2018

PEREIRA, Laurindo Mékie. A Nova História Política e o marxismo. **Opsis**. Dossiê História e Perspectivas. UFG – Campus Catalão. Catalão. v. 8, n. 11. jul./dez. 2008, p. 97-119.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, e organização do espaço escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 – estudo histórico-jurídico comparado do Ensino Secundário. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 51, p. 67-83, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola primária em Goiás (1930-1960): entre cidades e fazendas, a escolarização como dispositivo de integração nacional**. Disponível em: <[http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20historia%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20educativas/escola%20primaria%20em%20goias%20\(1930-1960\)%20-.pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20historia%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20educativas/escola%20primaria%20em%20goias%20(1930-1960)%20-.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2017.

PRUDÊNCIO. **Diário das Irmãs Dominicanas**. 1915. (mimeo).

RAMOS, Cornélio. **Catalão: poesias, lendas e histórias**. 3. ed. rev. e amp. Catalão: Gráfica Modelo, 1997.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

ROMERO, Maria Helena Cicci. et al. O lugar do Grupo Escolar Cesar Bastos no contexto histórico-educacional de Rio Verde (1947 – 1961). **HISTEDBR On line**. Campinas, n. 60, p. 398-410, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. História da Formação Docente no Brasil: três momentos decisivos. **Revista do Centro de Educação – UFSM**. Santa Maria, ed. 2005, v. 30, n.2. Disponível em: <coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a1.htm>. Acesso em: 22 de março de 2018.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Câne Editorial e Agepel, 2001.

SILVA, Elizabeth Farias da. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 363-376, 2010.

SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Marcelo de. **A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiás e a marcha para o oeste**. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/19799/14707>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

SILVA, Maria Aparecida Alves; CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim. Diálogo entre educação e política: O ensino primário nas mensagens dos governadores de Goiás. (1946 – 1961). **Itinerarius Reflectionis**. Jataí, v.13, n. 1, p. 1-14, 2017.

SOUZA, Rita de Cássia de. **História das punições e da disciplina escolar: grupos escolares de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Argumentvm: FAPEMIG, 2008.

SOUZA, Walkíria Vieira do Prado. **A docência em uma escola da ordem franciscana – Goiandira – Goiás (1960/1970): Narrativas de Professoras**. 199f. Dissertação (Mestrado em: Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão, Catalão, 2017.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A geometria dos grupos escolares: Matemática e Pedagogia na produção de um saber escolar. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 559-572, 2012.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

WYSE, Fr. Alexandre O.F.M. **No coração do Brasil: Ensaio da História dos Quarenta Anos (1943-1984) da Custódia do Santíssimo Nome de Jesus em Goiás**. Petrópolis: Vozes, 1989.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, n. 2, p. 99-106, 2003.